

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
1988

TEXTOS NEPO 15

SÃO PAULO: POVIGENTE
POVOVIGENTE
POVO E GENTE*

Neide Lopes Patarra
Rosana Baeninger

* Este título foi sugerido por Emiliano Patarra quando, numa de nossas conversas de hora de almoço, ele me perguntou sobre este trabalho e eu lhe resumi o que a Rosana e eu estávamos tentando transmitir.



Núcleo de Estudos de População - NEPO
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Caixa Postal 6166 - CAMPINAS - SP.- BRASIL

REITOR

Paulo Renato Costa Souza

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Bernardo Beiguelman

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

José Carlos Valladão de Mattos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Hélio Waldman

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO

Ubiratan D'Ambrósio

DIRETORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Patarra, Neide Lopes
P294s São Paulo: povigente povovigente povo e gente.
Neide L. Patarra e Rosana Baeninger. Campinas :
Unicamp, 1988.
92p. graf.; Tab. (Texto NEPO, 15)
1. População-São Paulo. 2. Transição demográfi
ca - 1900-1980 - São Paulo. II Baeninger, Rosana.
colab. II. Título

CDD. 301-32

SÃO PAULO: POVIGENTE
POVOVIGENTE
POVO E GENTE

Neide Lopes Patarra
Rosana Baeninger

SUMÁRIO

Abstract

Introdução	01
1. São Paulo: Espaço Econômico	10
2. A Capital no Século XX: Evolução e Transformações	12
2.1 - Os primeiros vinte e cinco anos	12
2.2 - O período 1925-1945	32
2.3 - O período 1945-1965	55
2.4 - O período 1965-1980	62
3. Tendências Atual e Futura da População Paulistana	74
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	80
Anexos	87

Abstract

Pretende-se relacionar as etapas da transição demográfica às etapas de desenvolvimento sócio-econômico, na cidade de São Paulo, de 1900 até hoje. As defasagens entre essas duas ordens de fenômenos conduzem à discussão sobre as mediações necessárias ao entendimento das transformações demográficas; a família constitui uma das dimensões significativas, a qual tende a se configurar em diferentes tipos para distintos grupos sociais, em cada etapa. Além disso, busca-se discutir o papel da migração internacional e interna na configuração dessa tipologia, passando pela inserção dos membros da família nas relações de produção bem como pelas ideologias e dimensões culturais que emolduram o papel da mulher e dos filhos nos períodos considerados. Tenta-se comparar este caso com outras situações de transição para o capitalismo.

The intention is to establish relations between the stages of demographical transition and the stages of socio-economical development, in the city of São Paulo, from 1900 up to now. The phase differences between these two types of phenomena lead to the discussion on the necessary mediations in the understanding of demographical transformation. The family is one of the

significant mediations, which tends to have different forms for different social groups each stage. Besides that is the discussion on the role of internal and international migration in the shaping of this typology, thorough the insertion of family members in production relations as well as through ideologies and cultural dimensions which surround the role of woman and children in the periods analysed. A comparison is developed between this case and other situations of transition to capitalism.

Introdução

No interior dos bondes da Light, que circulavam pelos bairros em expansão, na cidade de São Paulo, na década de 50, lia-se, ao lado da propaganda do Phymatosan, das Pastilhas Valda e do Run Creosotado, a frase ufanista: "São Paulo, a cidade que mais cresce na América Latina".

Ainda no final dessa década e início dos anos 60, o ufanismo, sucumbindo, transparecia na frase: "São Paulo não po de parar".

Desde então, a cidade dos italianos, a cidade aberta, a cidade do café, o berço da indústria brasileira crescentemente passa a constituir, aos olhos do poder público e de segmentos sociais dominantes, um monstro incontrollável, poluído, caótico e desumano.

É este o debate recente que remete ao fantasma da megametrópole do final do século. A cidade, a Grande São Paulo e a Macrometrópole, para a qual as estimativas apontam uma população de 35 milhões de pessoas para o ano 1990 ⁽¹⁾, constituem momentos de um desafio crescente, espaço síntese de todas as diferenças e contradições da evolução da sociedade brasileira.

(1) Várias são as reportagens da imprensa sobre este assunto, tais como: "São Paulo do ano 2000 atemoriza planejadores de serviços públicos" Folha de São Paulo, 29/07/87; "Superpopulação, perigo para São Paulo", Diário Popular, 26/07/87; "O drama de uma cidade que inchou", Diário Popular, 26/07/87, entre outros.

Muito tem-se escrito sobre SAMPA; as ciências sociais, a literatura, a música, o teatro, o cinema transmitem sua vida, seus momentos, suas transformações. Pouco se tem falado, na perspectiva dos Estudos Populacionais, a respeito da dinâmica da população que foi, em etapas, constituindo a população vigente e indicando os rumos dos paulistanos que aqui iniciarão o novo século (1).

A tentativa de, em linhas gerais, traçar o perfil dessa população, os mecanismos de suas mudanças e as especificidades do caso paulistano frente a outros contextos, insere-se na pesquisa intitulada "Transformações Sócio-Econômicas e Dinâmica Demográfica no Estado de São Paulo".

O corte espacial - o município - justificou-se, de um lado, pela complexidade dos fenômenos que foram sendo gerados à medida que a Capital ia passando a deter a liderança do processo de industrialização brasileiro. Por outro lado, os próprios indicadores demográficos deste contexto evidenciam peculiaridades em relação ao Estado em seu conjunto e à dinâmica demográfica do país.

A reconstrução temporal (1900-1980) foi uma estratégia de aproximação da evolução demográfica, ainda que exploratória.

(1) Conhece-se alguns textos a respeito: GOLDANI (1983), CAMARGO (1981) e SAWYER (1983).

tão distantes quanto os dados disponíveis permitem (1). Nesse sentido, o presente texto procura dialogar com as contribuições mais recentes a respeito da Teoria da Transição Demográfica (2).

Tanto na vertente da chamada "hipótese da proletarianização" como, em textos de reconstrução histórica, a comunidade científica tem retomado e criticado as formulações clássicas a respeito das transições da mortalidade e da fecundidade no processo de transição das sociedades para a etapa urbano-industrial. Uma revisão das principais contribuições, bem como uma reflexão a respeito de transferência de modelos europeus para o caso de sociedades latino-americanas já foram apresentadas em outro texto (3).

Neste momento, o diálogo teórico-metodológico ancora-se nas seguintes dimensões:

- 1) A questão da periodização econômica vis-a-vis uma periodização demográfica;

(1) A observação da evolução das taxas demográficas ano a ano, por longo período de tempo está sendo possível graças a um esforço empreendido, primeiramente, pelo GEADE (Grupo Especial de Análise Demográfica) e atualmente pela Diretoria de Estudos Populacionais (DAEP), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de recuperação e correção das estatísticas vitais neste Estado.

(2) Entre eles: CHESNAIS (1977), TABUTIN (1980), COALE (1973), TILLY (1978 e 1985), LESTHAEGE (1980), CALDWELL (1976), LEVINE (1977), SECCOMBE (1983), MERRICK (1985), PAIVA (1985), e TILLY & SCOTT (1978), entre outros.

(3) Veja-se PATARRA e FERREIRA (1986).

- 2) A questão da necessidade de se explorar as possíveis defasagens entre as duas sequências de fenômenos interrelacionados, ou seja, as transformações sócio-econômicas e as transformações demográficas.
- 3) A questão das mediações, que propiciam a reconstrução das interrelações entre o sócio-econômico e o demográfico.
- 4) A questão, praticamente inexplorada, do efeito dos movimentos migratórios (diretos e indiretos, quantitativos e qualitativos) na transição demográfica. (1)
- 5) A oportunidade de se proceder a análise mais localizadas e não reter apenas as tendências demográficas a níveis nacionais, como foi frequentemente, para se perceber os momentos e etapas dessa transição, suas oscilações e seus retrocessos.

A pesquisa, na qual este trabalho está inserido, partiu de uma periodização econômica, mediante a qual foram considerados quatro períodos, a saber:

1. De 1859 a 1930, correspondendo ao período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado sob hegemonia do café. Nesse período são lançadas as bases da urbanização do estado, prefigurando um novo padrão de divisão social do trabalho.

(1) A bibliografia recente tem tentado levar em consideração esta dimensão, embora que de forma secundária, particularmente LEVINE (1977) e TILLY (1978).

2. De 1930 a 1956, período correspondente à expansão da industrialização paulista, implicando em profundas alterações no mercado de trabalho, nos movimentos populacionais, na urbanização e na organização das relações de trabalho.
3. De 1956 a 1980, período em que, a partir da internacionalização da economia, definem-se novos padrões de acumulação e subordina-se a agricultura à indústria. Reorganiza-se o mercado de trabalho e ampliam-se as atribuições do Estado. Ao mesmo tempo a urbanização atinge um novo patamar, responsável pela constituição de um estado essencialmente urbano.
4. De 1980 em diante, envolvendo a conjuntura da crise econômica e seus efeitos recessivos, com impactos sobre as condições concretas de existência da população.

A observação primeira das tendências demográficas na cidade de São Paulo, ao longo deste século, sugere uma periodização um tanto distinta. Senão, vejamos.

Uma primeira aproximação das tendências demográficas na cidade de São Paulo pode ser obtida mediante a observação da evolução das taxas brutas de natalidade e mortalidade do início do século até os nossos dias. Embora essas medidas sejam aproximações, uma vez que refletem os efeitos da estrutura etária da população e da qualidade dos dados - variável durante o período - a evolução dessas taxas pode ser considerada um ponto

de partida aceitável para a percepção do movimento de longo prazo, em suas oscilações e inflexões (gráfico 1).

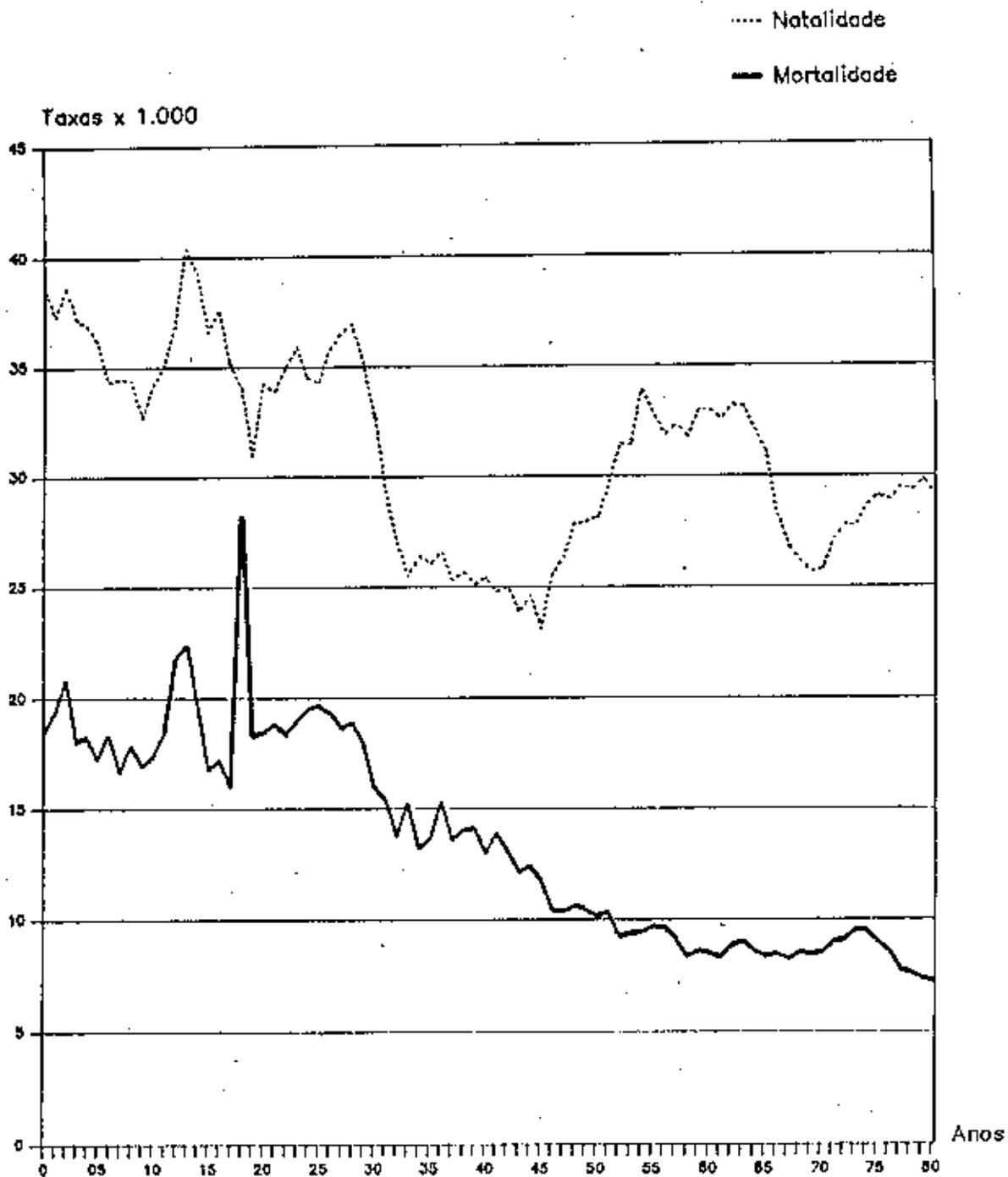
Ao longo de aproximadamente oitenta anos deste século, a curva da taxa bruta de natalidade geral configura quatro patamares no município de São Paulo: mantém-se relativamente alta nos primeiros trinta anos, relativamente mais baixa nos seguintes 20 anos, eleva-se um pouco no período 50-65 e declina acentadamente a partir daí. Iniciando-se ao nível de 38 nascimentos por mil habitantes, essas taxas atingem seu ponto máximo ao redor dos anos 13 e 14, bem como seu ponto mínimo nos anos 42 e 43. (1)

A curva da taxa bruta de mortalidade inicia-se ao nível de 18 óbitos por mil habitantes, evolui com oscilações, mas no mesmo patamar até 1930, iniciando então, um declínio que acentua nitidamente a partir de meados da década de 30 e prossegue, com oscilações mínimas, até atingir em 1980, ao nível de 7 óbitos por mil habitantes. (2)

(1) A recomposição da evolução das taxas demográficas é possível mediante a recuperação dos dados do Registro Civil, iniciado em 1895. Segundo os especialistas, no entanto, são muito pouco confiáveis os dados referentes aos primeiros anos; daí neste texto ser apresentada a evolução a partir de 1900. Por outro lado, o período 1900-1980 coincide com os anos censitários onde se tem o levantamento da população em seu conjunto.

(2) O objetivo desta descrição é apontar tendências, períodos e inflexões e relacioná-los aos momentos históricos significativos. Para tanto, considera-se neste texto apenas a curva de mortalidade geral. Qualquer aprofundamento sobre as condições de mortalidade devem lançar mão de outras medidas.

Gráfico 1
Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade (x Mil)
Município de São Paulo
1900-1980



FONTE: Movimento do Registro Civil. Fundação SEADE.

A distância entre as curvas de natalidade e mortalidade, apresentadas nesse gráfico, representa o crescimento vegetativo, crescimento este que se manteve relativamente alto durante todo o período considerado.

Voltando à questão da periodização, observa-se que as curvas sugerem etapas um tanto distintas: 1900-1925; 1925-1945; 1945-1965 e 1965 até nossos dias. O cotejamento dessas etapas - econômicas e demográficas - sugere, como será apontado ao longo do texto, uma primeira aproximação para as defasagens mencionadas anteriormente.

Assim, considerando as etapas significativas ao longo do período estudado, é interessante também refletir sobre dimensões específicas que, por hipóteses, podem estar influenciando as alterações no comportamento reprodutivo. Numa primeira aproximação desse tipo, a organização e dinâmica interna da família constituem dimensões inerentes ao esforço explicativo. Daí ser frequente, nas teorizações mencionadas, a constituição de tipologias de famílias (concomitantes e/ou sucessivas) de acordo com etapas do processo de proletarização (como, por exemplo, SECCOMBE) ou no processo de industrialização.

Neste texto procuramos indicar como, no caso de São Paulo, essas tipologias guardam semelhanças ou afastam-se das propostas baseadas em países europeus, e principalmente na experiência inglesa.

No entanto, a família não esgota o invólucro explicativo e a tipologia em si também não desvenda os meandros da transformação. Esses tipos estão inseridos em contextos culturais-ideológicos distintos, e isso faz diferença.

Diferente é pensar, por exemplo, a família operária residente em São Paulo na década de 20 e na década de 40; em ambos os casos, elas poderiam ser consideradas do tipo de família do proletariado incipiente, descrito por SECCOMBE, baseado nas relações de produção e no papel dos filhos. Os tipos divergem, contudo, se a isso se soma o efeito muito mais decisivo do movimento sindical e do anarquismo no primeiro momento, força diluída no segundo. Ao mesmo tempo, por aí passa o efeito indireto e qualitativo das migrações, carregando, em termos ideológicos e culturais, implicações significativas para possíveis mudanças no comportamento, inclusive reprodutivo.

Essas são algumas idéias exploradas ao longo deste texto e que se pretende possam contribuir para a discussão teórico-metodológica corrente.

1. São Paulo: Espaço Econômico

Segundo os geógrafos a cidade de São Paulo situa-se numa região desfavorecida pela natureza, onde existem terras pobres e um relevo acidentado. Essas características não favorecem as atividades agrícolas, não podendo estas aí se desenvolverem perfeitamente.

Desse modo, a agricultura não foi, diretamente, a base do desenvolvimento rápido e acentuado verificado na Capital. Desde o início da colonização paulista, a Capital ocupou relativa posição no conjunto do sistema econômico, político e social tornando-se um "centro geográfico necessário" (PRADO, JR. 1957). A partir de tal centro começou a ocorrer o povoamento do Estado em direção ao interior.

Outro fator que colaborou para o progresso deste município, diz respeito a proximidade do Município de São Paulo com o Litoral (1). O eixo São Paulo-Santos facilitou as articulações do Estado, como um todo, com o exterior; São Paulo era o centro de comunicação das atividades cafeeiras e Santos, o porto do café (SINGER, 1968).

(1) Vários autores destacam a importância desse fator, entre eles, PRADO JR. (1957), ARAÚJO F^o (1956), CANO (1977), SINGER (1968), PETRONE (1958).

Finalmente, a industrialização viria ajudar ainda o desenvolvimento do município. Sua localização geográfica facilitada e a energia hidráulica proveniente da Serra do Mar, segundo PRADO JR., seriam o impulso para a indústria manufatureira do início do século. A migração estrangeira teve aqui papel fundamental, não somente na utilização de sua força de trabalho, mais qualificada, como também na instalação de novas indústrias.

Aos poucos, a Capital do Estado foi expandindo-se em relação ao núcleo original, chegando a apresentar atualmente 8 distritos e 48 subdistritos, os quais apresentam-se predominantemente urbanos. Desde sua fundação (1558) o município sofreu, então, alguns desmembramentos, os quais datam, em sua grande maioria, do século XIX, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 1

Resumo dos Desmembramentos do Município de São Paulo 1558/1980.

São Paulo (1558)	Santana do Parnaíba (1925)
	Atibaia (1796)
	Santo Amaro (1832) Reincorporado em 1935
	Cotia (1856)
	Barueri (1948)
	Osasco (1959)

Fonte: Informe Demográfico nº1 - Fundação SEADE.

2. A Capital no Século XX: Evolução e Transformações

"São Paulo: comoção de minha vida! ..."
(Mário de Andrade)

2.1 Os primeiros vinte e cinco anos

A virada do século na Capital já veio acompanhada de uma mudança substantiva na composição de sua população, na forma de organização do trabalho, nas relações urbano-rurais, etc.. Os imigrantes estrangeiros trouxeram consigo, além de sua força de trabalho, valores, costumes e ideologias que influenciaram na constituição do município. O processo de urbanização e industrialização já começavam a ser traçados, implicando, portanto, em transformações sociais, econômicas, políticas e demográficas.

A segunda metade do século XIX já representava um momento de profundas transformações na cidade de São Paulo, transformações estas que começavam a traçar o perfil da grande metrópole. A partir de 1870/80, a expansão cafeeira no Estado, juntamente com o aumento das ferrovias e o surto imigratório europeu, conduziram a Capital ao seu ininterrupto desenvolvimento. O eixo São Paulo-Santos tornava-se o grande sistema de comercialização

do maior produto de exportação brasileira, o café.

Como já foi mencionado, a Capital não se destacou pela sua produção agrícola de café; desse modo observa SINGER (1968) que "o desenvolvimento da cafeicultura paulista só começou a afetar a Capital da Província a partir do momento em que aquela se localizava, em sua maior parte, as zonas direta e exclusivamente tributárias do sistema São Paulo-Santos." (p.25).

Assim, o Município de São Paulo acentuava ainda mais sua função de entreposto comercial apoiado na rede interiorana cafeicultora, ainda no final do século passado. A expansão cafeeira propiciou também a fixação de fazendeiros em residências na Capital, chegando alguns autores a descrevê-la como a "Capital dos Fazendeiros" (MATOS, 1958), uma vez que tais senhores tornaram-se grandes empresários comerciais e investiram no desenvolvimento social, político e cultural do Município. Outra consequência dessa expansão foi a instalação de estabelecimentos bancários, pois as finanças e o comércio do café dependiam do capital estrangeiro.

O século que se findava trazia uma nova configuração à capital paulista; já era nítida a função industrial do município, com 32 fábricas em 1889, onde a participação da mão-de-obra estrangeira era predominante nesse setor de atividades.

Estima-se que no Estado de São Paulo, entre 1887 a

1900, entraram 909.417 imigrantes (CAMARGO, 1981). Embora não existam estimativas para a Capital, esta apresentou um crescimento populacional, nesse mesmo período, da ordem de 200%.

A capital iniciava o século XX apresentando uma população de 224.654 habitantes, a qual representava 10% da população do Estado. A taxa de crescimento da população paulistana, durante o período de 1900-1920, registrou 5% ao ano contra 3,6% do Estado.

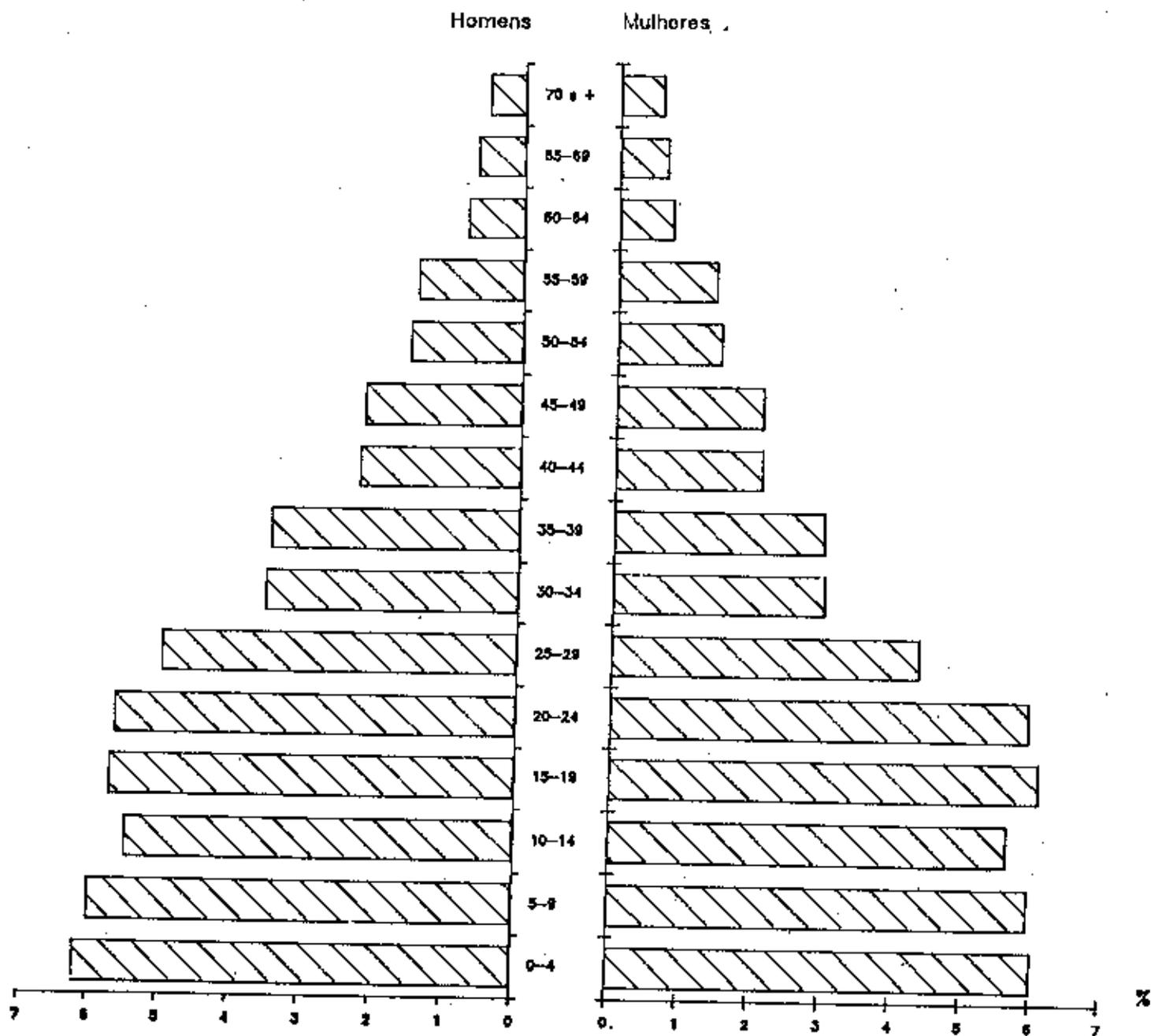
A partir de 1900 decresceram os imigrantes estrangeiros subvencionados, principalmente depois do Decreto Princetti, estabelecido na Itália em 1902, o qual suspendia a imigração italiana subvencionada ao Brasil. Vários autores destacam que, entre o período de 1900 a 1906, as saídas de estrangeiros do Brasil foram superiores ao número de entradas. Até o início do século, os imigrantes que entraram, principalmente no Estado de São Paulo como um todo, representaram um número muito maior que o necessário para o café ⁽¹⁾. Em decorrência disso, o complexo cafeeiro transfere para as cidades a mão-de-obra excedente, especialmente para as indústrias que começavam a surgir; muitos estrangeiros, contudo, não satisfeitos com essas condições, retornaram à Europa, uma vez que as oportunidades de trabalho urbano ainda eram incipientes. A partir de 1909 entretanto,

(1) Veja-se a respeito, MONBEIG (1984), FONT (1982), CANO (1977), SPINDEL (1979), ALBUQUERQUE (1982), ALVIM (1986).

até mais ou menos 1914, voltou a entrar no Estado um contingente significativo de imigrantes estrangeiros, na maioria italianos (subsidiados ou não), já que a crise de imigrantes desta nacionalidade tinha sido atenuada.

O processo de urbanização, portanto, já era intenso no início do século na Capital. O grande êxodo rural, por volta dos primeiros cinco anos deste século, provocado pela crise cafeeira, trouxe à cidade uma mão-de-obra relativamente qualificada e barata. SILVA (1976) atribui a esse êxodo rural o fortalecimento do mercado de trabalho das cidades, pois era onde as indústrias passaram a procurar mão-de-obra.

Até os anos 20, 55% da população paulistana se concentrava na faixa etária de 15-46 anos; refletindo, portanto, a grande participação imigratória. A observação da pirâmide etária da população residente na Capital, construída a partir do Censo de 1920, ilustra muito bem a distribuição da população segundo os grupos etários, onde pode-se observar a ação conjunta dos três elementos da dinâmica populacional: a natalidade, a mortalidade e a migração (gráfico 2). Tal pirâmide reflete os níveis relativamente altos da natalidade e da mortalidade das duas primeiras décadas, em média 39 nascimentos e 20 óbitos por mil habitantes, sendo que o alargamento das barras correspondentes ao grupo etário adulto, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, apontam a participação dos movimentos migratórios



TE: FIBGE - Censo Demográfico, 1920.

no crescimento da população, entre 1900-1920, estima-se que 38% devcu-se ao componente vegetativo e 62% ao componente migratório (GOLDANI, 1983).

PESTANA (1923) destaca que a imigração europeia do início do século trouxe como consequência o melhoramento das condições demográficas através do crescimento da natalidade. Por outro lado, as obras de saneamento desde cedo empreendidas e as precauções sanitárias contra as epidemias contiveram a mortalidade. Percebe-se, aqui, a interrelação desse componente demográfico na natalidade e mesmo nos níveis e padrões de mortalidade, bem como nos seus condicionantes sociais e econômicos.

Quanto às melhorias nas condições higiênico-sanitárias do começo do século, estas não foram suficientes para conter as epidemias que ainda se manifestaram. A gripe espanhola que assolou a Capital em 1918, elevou sua mortalidade para 28 óbitos por mil habitantes. De qualquer forma, a urbanização crescente e acelerada obrigou os poderes públicos municipais a criarem e expandirem seus serviços de higiene e saúde (DECCA, 1987).

A natalidade nesta época, como aponta PESTANA, parece ter sido estimulada: tanto que a Taxa Geral de Fecundidade (número de nascimentos dividido pelo número de mulheres de 15-49 anos) registrou, em 1920, o maior índice de todo este século: 129 nascimentos por mil mulheres de 15-49 anos. Sabe-se que a fecundidade dos imigrantes estrangeiros, principalmente dos

italianos, era relativamente elevada (1). O livro Anarquistas Graças a Deus ilustra muito bem o cotidiano italiano dessa época onde destaca-se a seguinte passagem:

"Na Alameda Santos número 8, mamãe ainda teve um casal de filhos. (...) Os Strambi, vizinhos da casa, já tinham três filhos e o nascimento dos que foram surgindo, daí por diante, coincidiu sempre com os de casa: 'atê parece que combinavam para ter filhos ao mesmo tempo...', comentavam as comadres (...). Essa seria a quarta vez que papai e o Sr. Strambi iriam juntos ao cartório registrar filhos (...)" (GATTAL, 1980 p. 19).

Em Memória e Sociedade, o Sr. Antonio - cujos pais, imigrantes italianos chegados em 1900, dirigiram-se para uma fazenda em Santa Rita do Passa Quatro e, em 1910 vieram para a Capital - cita o tamanho de sua família: "cinco filhos nasceram na Itália e quatro nasceram no Brasil" (BOSI, 1983,p.165).

Segundo o censo demográfico de 1920, entre os principais grupos de estrangeiros registrados na Capital os italianos apareceram em primeiro lugar, representando 45% do total da população estrangeira; em seguida, os japoneses com 31%, os espanhóis com 12% e, os portugueses, alemães e outras nacionalidades com cifras bem menores.

(1) O tamanho médio das famílias italianas chegadas à Capital, segundo os dados da Hospedaria dos Imigrantes, apresentou-se, durante o período de 1920-1957, sempre maior que as famílias de outras nacionalidades.

O processo de urbanização e industrialização, na Capital, representou a formação de uma nova ordem social permeando todas as instâncias da sociedade. A mistura de raças, culturas e ideologias, dispersas no espaço urbano, começavam a caracterizar certos grupos sociais. Toda essa transformação passava pela constituição de uma nova classe trabalhadora no município: a classe operária, que se formou primeiramente, através dos trabalhadores imigrantes.

Dentre esses trabalhadores, os italianos se destacaram nos mais diferentes ramos da indústria, completa BANDEIRA JR. (1901), "sendo essencialmente um artista nos vários ramos dos quais se dedicar, (...) assim é incalculável o número de tendas de sapateiros, mercearias, fábricas de massas, de graxas, de óleos, de tinta de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionavam em estalagem, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê" (p. 14). Por isso, que não existe uma estatística completa, nesta época, sobre o número de estabelecimentos industriais que abrangessem todas as faces da industrialização, comenta o autor.

Os operários em São Paulo, na grande maioria, não eram analfabetos (MORSE, 1970), desse modo trouxeram habilidades manuais e técnicas que não se encontravam no Brasil. A indústria têxtil era a que mais absorvia mão-de-obra, seguida da

indústria de produção alimentícia e da indústria do vestuário.

Até 1910, a indústria caracterizava-se pelo processo de concentração operária em estabelecimentos maiores. A partir de então, e, intensificando-se depois dos anos 20, ocorre um processo de dispersão da indústria em unidades menores. Segundo SPINDEL (1979), foram os seguintes os fatores que favoreceram o aumento das indústrias menores: desenvolvimento da própria indústria de energia, que permitiu a expansão do mercado; a diminuição dos custos e a desconcentração da estrutura industrial. CANO (1977) vai mais além tentando apontar o papel das unidades industriais menores em relação às unidades maiores juntamente com a força-de-trabalho; segundo o autor, a expansão do número de pequenas e médias empresas ampliou o emprego da mão-de-obra, fazendo baixar as taxas salariais; a mão-de-obra qualificada era fornecida às empresas maiores e, os maiores custos das pequenas empresas, requerendo preços de mercado, possibilitavam uma taxa de lucro maior às empresas grandes. Desse modo, concordam os autores, as indústrias pequenas beneficiaram o processo de acumulação capitalista, uma vez que puderam ter supridos segmentos do mercado de consumo ainda não atingidos pela penetração de capital.

Com a expansão industrial, o mercado de trabalho urbano ampliou-se, houve um acelerado crescimento em outros setores de atividades. O comércio e o transporte, por exemplo, também

se beneficiaram dessa expansão, bem como o sector terciário, que já apresentava em 1920, 17% do total das pessoas ocupadas.

O operariado paulistano, nesse período, era muito mais produtor de bens do que consumidor, seu salário era menor que o custo de vida. Além do mais, não tinham acesso à infra-estrutura urbana, suas condições de moradias eram precárias, alimentavam-se mal e, ainda precisavam inserir a família toda no mercado de trabalho, a fim de reforçar o orçamento doméstico (PAOLI, 1984).

O problema da habitação do operariado era ainda maior na Capital que no Interior. DECA aponta que, no Interior do estado, muitas indústrias se fixaram longe de povoações ou municípios, por isso se fazia necessária a construção de vilas operárias, com o intuito de fixar os trabalhadores junto à fábrica. Na Capital, a localização industrial inicial se deu em bairros "próximos ao centro comercial", servindo de estradas de ferro, para a locomoção da classe trabalhadora (por exemplo, o Brás), ou ainda, situavam-se em bairros de várzea, com população pobre - em função dos preços baixos das habitações e sem nenhum melhoramento nas condições de infra-estrutura (como é o caso do bairro da Casa Verde).

Essa situação não se modificou muito até meados da década de 30, não somente pelo custo desse empreendimento como também pela falta de necessidade de fixação dos trabalhadores

não-especializados junto às fábricas. Na Capital, geralmente, as vilas operárias de propriedades das indústrias, se destinavam aos trabalhadores mais qualificados - mestres e contra-mestres - pois estes necessitavam ser controlados na produção; ou ainda, para o operariado mais antigo. Entretanto, algumas fábricas construíram vilas operárias no início do século; em 1913 a Cooperativa das Fábricas de Chapéus mantinha uma vila operária de sua propriedade em Vila Prudente. Outras indústrias alugavam casas populares de sua propriedade ao operariado, os quais se sentiam atraídos pela facilidade de se morar próximo ao local de trabalho (DECCA, 1987).

Os locais de habitação dos trabalhadores operários era visto, fora dos meios operários, como insalubres, com péssimas condições higiênicas, uma fonte de tuberculose, sífilis, vícios, um ambiente desastroso para a infância e mulheres - fatores que prejudicavam o rendimento nas fábricas; não consideravam, portanto, a precariedade da infra-estrutura desses bairros operários ⁽¹⁾. Os higienistas e sanitaristas utilizavam-se então, de um discurso moral para a disciplinarização do operário inculcando-lhes normas e valores burgueses: "a casa é o espaço da felicidade, está afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares", destaca RAGO(1984: 256).

(1) Veja-se a respeito do local de habitação da classe trabalhadora Bógus (1988).

Nesse contexto, a mortalidade infantil também foi utilizada como um elemento ideológico na luta pela coerção moral e disciplinarização do trabalhador operário. RAGO aponta que a questão era colocada como a necessidade "da reestruturação dos hábitos e comportamentos da família operária, cujo modo de viver e de relacionar-se ainda não fôra racionalizado, desodorizado e sujeitado aos padrões e valores das classes dominantes" (p.208), ou seja, a finalidade era incutir valores morais burgueses, a fim de um controle ainda maior do cotidiano do trabalhador.

As taxas brutas de mortalidade infantil, na Capital, no período de 1900-1925, de fato, apresentavam-se bem elevadas. Até os anos 10, essas taxas alcançavam, em média, 123 óbitos infantis por mil nascidos vivos; os anos 10 iniciavam-se com uma taxa excepcionalmente alta registrando quase 200 óbitos infantis por mil nascidos vivos, onde ocorreu um pico maior no ano de 1918 devido à gripe espanhola; o período posterior, até 1925, apesar das oscilações da mortalidade infantil, registrava uma taxa em torno de 165 óbitos. Apesar de SPINDEL, atribuir à população estrangeira essas altas taxas de mortalidade infantil, nesse período, a mortalidade geral brasileira indicava-se mais elevada que a estrangeira. Embora sendo possível apenas separar-se tal taxa segundo as nacionalidades para os anos censitários, o ano de 1920 aponta essa acentuada diferença: 12,5

ôbitos gerais por mil habitantes estrangeiros, enquanto que para os nativos 22,4 por mil habitantes brasileiros.

Quanto à alimentação dos trabalhadores, os relatos de BOSI enfatizam que "a carne era barata, mas os trabalhadores ganhavam pouco, por isso não dava pra comprar, a gente comia muito macarrão" (p.170).

A família constituía a unidade de produção. A absorção da mão-de-obra feminina e infantil, do ponto de vista do capital, reforçava os padrões de acumulação. A mulher já era um elemento importante na renda familiar desde o início do século. As indústrias têxteis e as confecções constituíam-se nas principais empregadoras de força-de-trabalho feminina. Nessas indústrias, as condições de trabalho eram péssimas, as salas de teares escuras e sem ventilação, a jornada de trabalho era de 12 horas e, em algumas indústrias (por exemplo, cita PENA, 1981, a Votorantim) havia o trabalho dominical até as onze horas da manhã. A concentração desse tipo de mão-de-obra se dava nas profissões consideradas não-qualificadas. PENA afirma que "de maneira geral as mulheres se engajaram na produção de mercadorias anteriormente produzidas por elas mesmas; nos quadros domésticos" (p. 93).

O Código Civil de 1916 legitima a posição do homem como chefe da família, reforçando a mulher a ganhar menor salário e levando-a de volta ao lar, RAGO (1984) analisa que as

classes dominantes perceberam que a redefinição das relações familiares possibilitariam o disciplinamento do trabalhador, apresentando um novo modelo de mulher: esposa-mãe-dona-de-casa, vigilante, ordeira, dessexualizada, que preservasse a infância, "uma família voltada para si mesma". Esse tipo de organização familiar parece identificar-se com o terceiro tipo de domicílios com regime de fecundidade específicos apresentados por SECCOMBE (1976) - o domicílio da nascente família proletária.

Nesse sentido, o interesse da burguesia era o de estimular o casamento e a organização familiar do operário; não admitia uniões livres, obrigando os trabalhadores a se casarem ou seriam despedidos (FAUSTO, 1970). Na verdade, as taxas brutas de nupcialidade na Capital, nesses primeiros vinte e cinco anos, apresentaram várias oscilações, onde a natalidade desse período parecia responder a tais alterações. Até 1910, as taxas de nupcialidade registravam, em média, 6 casamentos por mil habitantes e, as taxas de natalidade, em torno, de 36 nascimentos por mil habitantes; de 1910 a 1915, ocorreu um pico que elevou a taxa de nupcialidade, entre os anos 12-14, a 9 casamentos por mil habitantes, elevando-se também a taxa de natalidade: 39 nascimentos por mil habitantes; o período de 1915 a 1918 apresentou uma queda nessas taxas de nupcialidade bem como na natalidade, as quais retomaram os índices dos primeiros dez anos; de 1919 a 1925, as taxas de nupcialidade passaram a

níveis mais elevados, novamente 8 casamentos por mil habitantes; todavia a natalidade já evidenciava um processo de mudança, apresentando-se nesse período, menor que os períodos anteriores: 34 nascimentos por mil habitantes.

O estímulo ao casamento pelos industriais, pode explicar, em parte, a elevação dessas cifras, uma vez que algumas fábricas não empregavam pessoas solteiras (ALVIM, 1984). O período de queda da nupcialidade coincide, nesses anos, com a Primeira Guerra Mundial, que se refletiu diretamente nas condições de vida da população. Finalmente, os anos 19 e 25, representaram ainda os incentivos a organização familiar no mercado de trabalho. É interessante observar que, separando-se a nupcialidade dos estrangeiros e dos brasileiros na Capital, possível somente para os anos censitários, pode-se verificar um certo desnível para essa taxa, quando assim a selecionamos, como também uma maior tendência a nascimentos, no caso de maior nupcialidade. Ou seja, para o ano de 1920, enquanto para os brasileiros essa taxa era de 6,61 casamentos por mil brasileiros, para os estrangeiros chegavam a registrar 10,8 por mil estrangeiros, correspondendo a 15 nascimentos por mil brasileiros e 68 por mil estrangeiros. Possivelmente esses desníveis estejam relacionados ao fato dos brasileiros ainda serem uma população composta por ex-escravos, os quais ainda não haviam se inserido na produção, enquanto os imigrantes estrangeiros, por

já estarem fazendo parte do mercado de trabalho urbano estariam mais propensos aos estímulos do casamento.

Quanto ao trabalho infantil, este também foi incorporado nas fábricas. Além de representar um auxílio na renda familiar, muitas vezes foi estimulado pelos próprios pais, já que não tinham onde deixar os filhos para irem trabalhar.

Segundo o Código Sanitário, nos fins da década de 10 e início da de 20, as crianças eram impedidas de trabalharem, caso não tivessem doze anos de idade. Essa lei, no entanto, foi sempre burlada, as crianças menores de doze anos trabalhavam regularmente e seus salários eram tão baixos quanto o das mulheres. Do ponto de vista da classe dominante, o emprego dessa força-de-trabalho evitaria a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças (1).

Dessa forma, algumas indústrias chegavam a ter famílias inteiras dentro do processo de produção industrial. Muitas vezes, a despedida de um membro da família implicava na demissão de todos, bem como era normal o fato do chefe da família receber o salário mensal pelo trabalho de todos (PAOLI, 1984).

(1) A respeito do trabalho infantil, na Primeira República, veja-se, por exemplo, RAGO, (1984).

Frente às condições de vida e de trabalho impostas ao operariado, começavam a surgir os primeiros movimentos dessa classe trabalhadora. Em 1906, estourava na Capital a greve geral dos ferroviários, à qual se aliaram, também, os estudantes desse município. No ano seguinte, iniciava-se na Capital, alastrando-se para o Interior do Estado, uma greve geral de operários. Em 1917-1920, essa greve se repete onde tomaram parte mais de 70.000 operários (LEITE, 1944). Esses movimentos operários não tiveram repercussões imediatas, tanto que as greves estouraram ainda mais nos finais dos anos 20 e no decorrer dos anos 30.

O movimento operário teve também a incorporação das mulheres, embora de forma desorganizada; os protestos iam mais em direção à exploração nas fábricas que a sua subordinação na sociedade. Na verdade, a subordinação da mulher e sua condição dentro da sociedade, foi uma questão nunca levantada pelo movimento operário (PENA, 1981). O próprio discurso operário era masculino, pois os princípios anarquistas desses movimentos atribuíam à mulher a função de gerar e criar filhos e facilitar a vida do homem no lar para que ele pudesse se empenhar mais na luta social. RAGO, através da análise de artigos de vários jornais sindicais da época, chega a verificar o medo e o desprezo, frente a possibilidade de substituição do trabalho masculino pelo feminino, embora a denúncia da imprensa operária

raramente falasse em substituição, sempre criticavam o trabalho feminino e infantil desqualificando-os.

Os anarquistas pregavam o amor-livre, criticavam a moral sexual, o casamento monogâmico e defendiam o divórcio, entre outros princípios. No entanto, condenavam todas as formas de lazer: carnaval, baile, festas, futebol, e até o fumo e o álcool, uma vez que esses divertimentos desviariam a classe operária de sua função histórica revolucionária.

De fato, os bailes e festas eram muito frequentes, principalmente nos bairros operários italianos. Nos relatos de BOSI, as festas religiosas - por exemplo, de São Vito e São Cosme e Damião, eram muito animadas, constituindo uma das únicas formas de lazer do operariado. A influência da cultura italiana manifestou-se também através dos movimentos anarquistas. "a Divina Comédia era conhecida até pelos que não sabiam ler. Existia em São Paulo, o grupo Le Muse Italiche, que discutia arte; no Bexiga as pessoas se reuniam para declamar a Divina Comédia. Montava-se aqui também peças italianas, e todo ano vinha uma companhia italiana" (p. 179), como ilustra as memórias de BOSI.

A Semana de Arte Moderna de 1922 foi outro aspecto importante para o desenvolvimento cultural da cidade, o qual desde a fundação da Academia de Direito, na primeira metade do

século XIX, já vinha intensificando a vida cultural da Capital (ANDRADE e SILVA, 1958). As repercussões da Semana de 22, no entanto, parecem ter atingido, especialmente, grupos sociais mais privilegiados. Relata D. Brites: "Aqui em São Paulo falava-se muito da Semana de Arte, mas tenho idéia de uma coisa de grã-finos, que nada tinha de popular" (p.255); enquanto relata D. Lavínia: "na Semana de Arte Moderna assisti uma mesa formada por gente de imprensa e jornalistas, nunca pensei que a Semana fosse ter a repercussão que teve" (p. 229), apresenta BOSI nas memórias dos velhinhos.

O início dos anos 20 trouxe também uma alteração qualitativa nos fluxos migratórios. A nível internacional, em 1921, o Conselheiro Antônio Prado conseguiu na Itália a revogação oficial do Decreto Prinetti; mesmo assim, o número de entradas foi muito menor se comparado com o período anterior, sendo que tais contingentes migratórios diferiam substantivamente da imigração do final do século passado: não eram mais subsidiadas, dirigiram-se ao meio urbano e, posteriormente, o momento político passou a expulsá-los: "Agora homens e mulheres fugiam do regime fascista, em busca de liberdade, dispostos a trabalhar e a lutar por uma vida mais digna" (p. 53) narra GATTAL.

Ainda a nível internacional a migração japonesa começava a penetrar em São Paulo nesse período, apresentando uma diversificação na produção de alimentos. A colonização japonesa

espalhou-se na Capital, por conveniências dos proprietários de terra dispostos a arrendar suas propriedades, centralizando suas atividades na região de Cotia ⁽¹⁾. A nível nacional começavam os primeiros movimentos internos provenientes de regiões arrasadas, principalmente da região das secas.

Até a metade dos anos 20, o município de São Paulo, como tentou-se apresentar aqui, expandiu-se em todos os setores da sociedade. Desde os bondes elétricos que substituíram o bonde de burro em 1900, até a instalação do sistema de rádio em 1924 (LEITE, 1944); no plano político, dos primeiros movimentos sindicais do início do século à Revolução de 1924, chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes; da economia cafeicultora à instalação de indústrias de grande porte; da imigração predominantemente estrangeira ao início do processo de movimento interno. Todas essas transformações refletir-se-ão nos períodos subsequentes dando à Capital características muito peculiares.

(1) Para um melhor aprofundamento da imigração japonesa em São Paulo, veja-se PRADO, Jr., (1957).

2.2 O período 1925-1945

Do povo oprimido
nas filas
nas vilas
favelas
Da força da grana
que ergue e destrói
coisas belas
Da feia fumaça
que sobe apagando
as estrelas
Eu vejo surgir
teus poetas de campos
e espaços
Tuas oficinas de florestas
Teus deuses da chuva

(Caetano, Sampa)

A segunda metade dos anos 20 refletiu a atmosfera de luta e transformações iniciadas no período anterior. Os movimentos operários, por melhores condições de vida do trabalhador, intensificaram-se nesse período, uma vez que a crise de 29 e a Segunda Guerra Mundial trouxeram consequências diretas para a classe trabalhadora.

As repercussões das greves de 1917-20 resultaram, de um lado, em poucas melhorias à classe operária e, de outro, na mudança do discurso da classe dominante - que agora conta com maior participação do Estado - passava-se de um discurso paternalista, onde a disciplina do proletariado somente resultaria no benefício dele mesmo, para um discurso do saber científico,

no qual a partir das melhorias sociais - habitação, transporte urbano, saúde, etc. - estabelecer-se-ia a obediência e a ordem nos meios operários. RAGO destaca muito bem essa passagem: "A partir de meados da década de 20, outro regime disciplinar se insinua através da ação da burocracia impessoal, técnica e racional, que discute e resolve aquilo que ela própria determina como seu objeto de interesse e de conhecimento" (p. 292). O discurso dos higienistas, do período anterior, passa, então, para engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos e advogados, os quais através de seus saberes específicos solucionariam os problemas da classe operária.

Assim, em 1931, realizava-se o Primeiro Congresso de Habitação, com o objetivo de alertarem para a precariedade da habitação da classe trabalhadora na Capital. As soluções acatadas, porém, resultaram para os trabalhadores em maiores gastos com habitação (DECCA, 1987).

Em função das duas crises de 1929 (crise mundial e conseqüente crise do café), iniciava-se o processo de substituição de importação, implicando portanto, numa expansão industrial, já que produtos importados anteriormente teriam agora que serem aqui produzidos. Essa expansão acentuou a intervenção do Estado nas esferas econômicas, sociais e políticas. Desse modo, tornava-se presente a regulamentação das relações entre a classe trabalhadora e o capital, principalmente através

da legislação trabalhista.

Os empresários industriais, no entanto, não eram a favor da legislação. O discurso empresarial dos anos 20 acusavam os trabalhadores de serem instáveis para merecerem tal legislação uma vez que estes estariam muito tempo fora do disciplinamento - dispensa por acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, férias, licenças para a maternidade, etc. - influenciando assim, a dissolução do caráter do trabalhador (PAOLI, 1984). As características dos bairros operários, com habitações pobres, em série, coletivas (cortiços e porões) a falta de saneamento básico, ao longo da década de 20 e início de 30, reforçavam o discurso do empresariado quanto a moral familiar, com a intenção de manter o disciplinamento do trabalhador.

As condições concretas de existência da população trabalhadora continuavam sendo precárias e os salários muito mais baixos que o custo de vida.

A luta operária no período de 1927-1934 objetivava, principalmente, melhoria nas condições de vida e o cumprimento do regime, que já era o mais comum, de oito horas de trabalho diário.

A regulamentação da legislação trabalhista, introduziu também o estabelecimento do salário mínimo. Os parâmetros e critérios utilizados na instituição do salário mínimo foram

"objetivos e científicos", não levando em consideração o padrão de vida da classe trabalhadora. Esse mínimo necessário para a sobrevivência dos trabalhadores possibilitou uma alimentação quantitativamente maior somente ao longo da década de 40, (DECCA, 1987); entretanto o mesmo discurso dos anos 20 - técnico, educativo e disciplinador - continuava acusando o trabalhador de não saber equilibrar seus gastos.

A regulamentação do salário mínimo trouxe uma nova concepção de trabalho: o contrato de trabalho individual. Entretanto, o trabalhador ainda não conseguia manter sua família com o que ganhava; continuando a inserir outros membros da família no mercado de trabalho para poderem sobreviver.

O trabalho feminino continuava na mesma situação do período anterior. Suas reivindicações iam no sentido de maiores salários, limites de jornada de trabalho e contra a violência sexual. A influência anarquista disseminada pelas idéias de Maria Lacerda de Moura, com maior ênfase no final dos anos 20, pregava a luta pelos direitos da mulher, a necessidade de instrução, da educação sexual aos jovens, a liberdade de amor, a maternidade livre e consciente e a independência da mulher à imposição social. Sua participação no mercado de trabalho ainda era predominante nos setores não-qualificados; até os anos 20, as mulheres compunham a maioria do operariado têxtil, dos ramos de confecção, da produção de fumos e cigarros; já nos

anos 30 e 40, embora as mulheres tivessem perdido espaço na indústria de confecção, elas predominavam na indústria têxtil (PENA, 1981).

Em 1932, o Estado incorporava a questão do trabalho da mulher e infantil: induzia a volta das mulheres ao lar, protegia o corpo feminino para a função reprodutora, proibia trabalho noturno, proibia as atividades em lugares insalubres, as mulheres grávidas tinham 4 a 6 semanas de licença (antes e depois do parto), creches nos locais de trabalho, pausa para amamentação e salários iguais sem distinção de sexos; quanto ao trabalho infantil, este teria sua jornada inferior ao trabalho do homem e da mulher, assim como somente para maiores de doze anos.

Os empresários industriais, naturalmente, continuavam contra as leis trabalhistas, ameaçando despedir trabalhadoras femininas, caso as despesas com maternidade não fossem assumidas pelo Estado. Assim, a lei não foi cumprida, as mulheres tiveram uma redução na participação industrial no período de 20-40, voltando a aumentar o emprego feminino têxtil, em meados da década de 40. A participação da mão-de-obra da mulher, na Capital em atividades industriais, decresceu de 52% do total da participação feminina em 1920, para 44% em 1940, segundo os respectivos censos demográficos. Os salários femininos também tiveram uma redução, uma vez que as operárias eram privilegiadas

com a lei do salário mínimo em relação às domésticas e oficinas familiares, as quais não se beneficiavam com a lei (PAOLI, 1984).

A classe operária, até o início dos anos 30, era composta, fundamentalmente, por estrangeiros, na maioria italianos e seus descendentes. O término oficial da migração subsidiada ao Brasil, em 1927, diminuiu ainda mais a entrada do elemento estrangeiro, entradas estas que, já não apresentavam o mesmo volume do final do século passado e nos anos 10. O censo demográfico registrava, em 1920, uma população estrangeira que representava 36% do total da população da Capital, apresentando posteriormente uma tendência decrescente: 28% em 1934 e 21% em 1940.

Estima-se que a população da cidade de São Paulo, em 1925, atingiu 700.000 habitantes, chegando a um aumento de um milhão de pessoas até 1945. Dentre os componentes dessa dinâmica populacional a migração continuou sendo, sem dúvida, o elemento mais expressivo. Entre 1920 e 1934, o componente migratório representou 60% do crescimento total da população; no período de 1934-1940, essa cifra foi da ordem de 69% e, na década de 1940-50 representou 72%. No entanto, as características desses fluxos migratórios diferem-se consideravelmente aos movimentos havidos anteriormente; a década de 20 já trouxe um novo contingente de população à Capital: são os migrantes nacionais,

os quais passaram também a constituir o mercado de trabalho urbano.

Desse modo, ao mesmo tempo em que a imigração estrangeira foi diminuindo, tornava-se significativo o contingente de migrantes internos que se dirigiam ao município de São Paulo, principalmente a partir de 1930. A dificuldade de análise de tais fluxos refere-se a inexistência de informações, particularmente a nível municipal. De qualquer forma, para se ter uma idéia do volume dessa migração, estima-se que entraram no Estado de São Paulo, entre os anos de 1900 a 1920, aproximadamente 67.000 brasileiros contra 830.000 estrangeiros; no período compreendido entre 1921 a 1934, teriam entrado 318.000 brasileiros contra 580.000 estrangeiros; já entre os anos de 1935 e 1940, entraram 370.000 brasileiros contra 77.000 estrangeiros; entre 1941 a 1945 as cifras correspondentes indicam 144.000 brasileiros contra 4.000 estrangeiros (CAMARGO, 1981).

A origem desses migrantes nacionais foi tanto inter-estadual como intra-estadual. Pode-se dizer que, no início dos fluxos internos, o volume inter-estadual apresentou-se mais expressivo, provenientes, principalmente, das regiões de secas do Nordeste; no entanto, o Interior do Estado, também, registrou perdas migratórias com destino à Capital, especialmente de áreas rurais, no período de meados dos anos 20 até os anos 60.

Quanto a migração inter-estadual, MONBEIG (1984) apresenta um percentual de 51% de migrantes nacionais provenientes da Bahia para o Estado de São Paulo, no período de 1936-1940; Minas Gerais aparece a seguir com 22,7% e, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará e Espírito Santo com taxas bem inferiores. Embora esses percentuais se refiram ao Estado em seu conjunto, sabe-se que a região Sudeste, destacando-se a Capital, consistia no maior polo de atração populacional.

A chegada dos migrantes nacionais à cidade de São Paulo coincidiu com momentos e reflexos da crise econômica cafeeira de 1929, seguido pelo "crack" da bolsa de Nova York, das revoluções de 24, 30 e a constitucionalista de 1932, bem como a Segunda Guerra Mundial (39-45). DECCA aponta que, nesse período, o desemprego foi razoavelmente grande, além de um corte de 20% nos salários dos trabalhadores e um desconto de 5% sobre os salários para auxiliarem a dívida externa. Frente às novas medidas econômicas iniciadas nesse período, CANO enfatiza que a chegada dos migrantes nacionais ao mesmo tempo engrossava as fileiras de mão-de-obra e também contribuía para o achatamento dos salários, já que esses migrantes aceitavam salários menores que a classe trabalhadora da Capital, a qual já vinha havido quase trinta anos batalhando para ser melhor remunerada.

Os relatos de BOSI ilustram muito bem a situação do trabalhador urbano, nesse período: "saí do hotel e trabalhei na Confeitaria Fasoli, depois fiquei dois anos desempregado, era muito difícil arranjar emprego" (p.115); "aos vinte e um anos eu estava sem emprego" (p. 111); a crise de 29 foi terrível, dificuldade de emprego, o pessoal não queria pagar professor" (p. 230), "quem tinha profissão tinha emprego, por isso muitos eram os desempregados por não terem profissão" (p. 92).

A população paulistana, já fixada na Capital, tinha um certo preconceito quanto ao migrante nacional - principalmente os "nortistas", como eram chamados. "Depois da guerra, o Brás virou a Bahia, eles começaram na construção civil e agora já estão na fábrica" (p. 95), destaca um dos relatos de BOSI. Percebe-se também, através desse relato, que começou haver, em meados da década de 30, uma mudança nas características do operariado paulistano. A mão-de-obra industrial vai sendo substituída pelos migrantes internos, principalmente em tarefas que não requeriam grandes qualificações e o proletariado urbano foi expandindo-se em função da diversificação da atividades econômicas urbanas. O trabalhador urbano passa então a ser melhor remunerado que o operariado (situação inversa ao período anterior), uma vez que o migrante sujeitava-se a baixos salários. (1)

(1) Veja-se, a respeito, DECCA, 1987.

O cenário acima descrito aponta para uma das discussões significativas na articulação entre transformações sócio-econômicas e dinâmica demográfica. O primeiro período considerado, como foi indicado anteriormente, guarda certas semelhanças com o tipo de família do proletariado nascente, na classificação entre outros autores, de W. SECCOMBE.

Este segundo período iniciou-se em decorrência, como configurando a passagem para o tipo de família do proletariado maduro. No entanto, no caso específico de São Paulo, os movimentos migratórios internos assumiram características quantitativas e qualitativas tais que passaram a configurar um "excedente populacional", gerando desemprego, rebaixamento de salário e novas características da relação capital/trabalho. Portanto, neste caso, é nítida a impossibilidade de se teorizar de uma forma unilinear e irreversível na concepção das etapas da transição demográfica. Mais ainda, este caso, também, ilustra o efeito da dinâmica populacional sobre a organização das relações de trabalho, e não apenas a reconstrução mais frequente que aponta somente a influência do econômico sobre as variáveis demográficas.

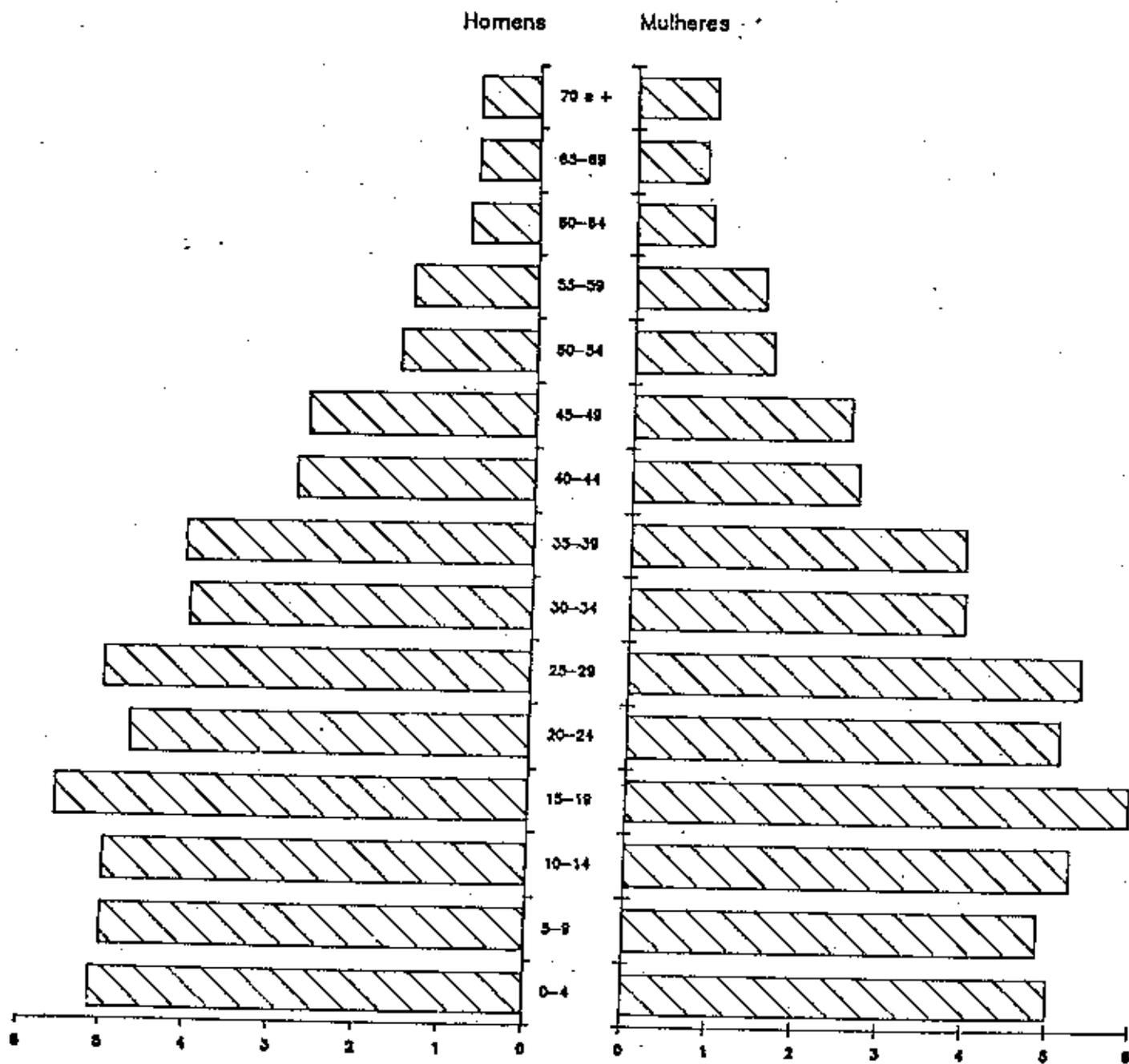
Com a chegada dos migrantes internos, a área geográfica da Capital intensificou sua expansão, devido não somente a localização de indústrias como de habitações de menores custos na periferia (Santo Amaro, Jaguaré, Osasco, São Miguel).

já começando a formação da Grande São Paulo. O crescimento populacional do município atingiu uma cifra de 5,23% ao ano no período de 1940-50, cifra esta que registrava 4,23% entre 1920 e 1940. O processo de urbanização, iniciado desde o início deste século, refletiu o desenvolvimento acelerado das atividades econômicas na Capital. Em 1940, a população urbana neste município representava 95% da população total; enquanto o Interior registrava 33% e o Estado 44%.

Através da pirâmide etária de 1940, pode-se verificar algumas alterações ocorridas em termos demográficos, nesse período em São Paulo (Gráfico 3). O alongamento das barras correspondentes ao grupo etário de 15-49 anos, reflete a participação do componente migratório. Já o grupo de jovens (0-14 anos) apresentou um decréscimo em sua participação no conjunto da população, decréscimo este de 5% entre os anos de 20 e 40, podendo significar o efeito conjunto de dois processos articulados: uma diminuição da fecundidade e uma migração predominantemente individual, onde as idades adultas são características.

A natalidade, de fato, apresentou uma queda significativa no período que compreende final dos anos 20 até 1945, como pôde-se verificar no gráfico 1, anteriormente apresentado. As taxas brutas de natalidade até final dos anos 20, situavam-se entre 34 e 38 nascimentos; em 1928, aproximadamente, iniciou-se

Gráfico 3
Estrutura Etária do Município de São Paulo
1940



NTE: Censo Demográfico de 1940 - Fundação IBGE.

uma queda acentuada da natalidade, onde as taxas passaram a registrar 26 nascimentos por mil habitantes até 1945, retomando níveis mais elevados no período posterior.

Essas evidências sugerem a necessidade de se considerar dimensões estruturais e conjunturais, como já mencionado, que, em complexo interrelacionamento, determinariam os níveis e oscilações dos eventos demográficos. É nessa direção que vão as interpretações de SAWYER (1983); observando a mesma sequência do gráfico da evolução das taxas de natalidade, aponta a autora uma conclusão tentativa: "... as décadas de fecundidade menor - a primeira deste século, os anos 30, os anos 40 (primeira metade), os anos 60 - correspondem a períodos de crise e reorganização, enquanto que as décadas de fecundidade maior correspondem a períodos em que sucessivos sistemas econômicos estavam em plena operação. Estes períodos de relativa prosperidade seriam a expansão cafeeira sob o comércio livre nos anos 90, a sustentação da economia com esquemas de proteção e valorização na segunda e na terceira década e a plena industrialização na década de 50. Dentro destas tendências gerais, notam-se diminuições a curto prazo em pontos tais como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Paulista de 32, a crise que antecedeu a instalação do Estado Novo em 1937, a Segunda Guerra em 1940-45 e a imposição de medidas anti-inflacionárias em 1955" (p.135). A essas influências conjunturais somam-se as influências estru

turais para a explicação das tendências a longo prazo, baseadas nas modalidades de acumulação capitalista e divisão social do trabalho, gerando comportamentos reprodutivos diferenciais por classe social e em momentos históricos específicos.

É bastante aceitável a hipótese de oscilações conjunturais da economia produzirem impactos sobre a dinâmica demográfica, superpostas, aquelas, por processos históricos de transformação. No entanto, esses impactos devem incidir diferencialmente no adiamento de casamentos (nupcialidade), nas características dos movimentos migratórios, ou nos índices de mortalidade, de um lado, e na reprodução propriamente dita, de outro lado. Em outras palavras, é preciso discernir uma mudança no comportamento reprodutivo de mudanças que afetam a dinâmica populacional sem alterações mais profundas. Sem dúvida, mudança no comportamento reprodutivo significa mudança na constituição e dinâmica interna das famílias; isso parece implicar, por sua vez, num certo tempo de operação e de operar, sem dúvida, diferencialmente nos grupos sociais determinados numa sociedade de classes.

A influência da nupcialidade nessa queda da fecundidade, não parece ser um elemento explicativo como no período anterior. As taxas de nupcialidade, nesse período, mantiveram-se no mesmo patamar dos primeiros anos deste século, em média oito casamentos por mil habitantes, apesar das oscilações. Por outro

lado, a idade média ao casar encontrava-se elevada em torno dos 28 anos para os homens, e 23 anos para as mulheres (MADEIRA, 1978). Segundo SAWYER, os migrantes recém-chegados postergavam os casamentos como estratégia de inserção no novo meio. Assim sendo, considera este um dos fatores que contribuíram para o declínio da fecundidade no período. O aumento da fecundidade no período pós 45 seria um reflexo dessa nupcialidade adia-da. Tal análise parece estar um pouco simplificada pois constatou-se que no período 30-45, a nupcialidade dos brasileiros já começava a aumentar, portanto permitindo supor que esse aumento também incluía a nupcialidade dos migrantes nacionais.

Para os anos censitários, as taxas de nupcialidade segundo brasileiros e estrangeiros ⁽¹⁾ podem ilustrar a tendência acima apontada. Tais taxas registraram 7,4 casamentos por mil estrangeiros residentes na Capital, em 1934 (quando em 1920 registrava 10,8) e baixa ainda mais em 1940, apresentando 5,4 casamentos; já a nupcialidade dos brasileiros, para os respectivos anos era de 9,2 e 7,9 casamentos por mil brasileiros (em 1920, registrava 6,6). Nota-se que mesmo para os brasileiros, o ano de 1940 registrou uma queda da nupcialidade; considerando tratar-se porém, de um ano bissexto, a incidência de casamentos,

(1) Considerou-se casamentos de estrangeiros a união de estrangeiros com estrangeiras e estrangeiros com brasileiras; do mesmo modo, casamento de brasileiros referindo-se à uniões de brasileiros com brasileiras e brasileiros com estrangeiras. FONTE: Movimento do Registro Civil - F. SEADE

realmente, tende a diminuir ⁽¹⁾. Vale ressaltar, também, que dentre esses brasileiros, estão incluídos filhos e netos de estrangeiros aqui nascidos, em períodos anteriores.

O fato da idade média ao casar apresentar-se elevada em São Paulo, nesse período, pode-se dever tanto aos padrões de idade ao casar trazidos pelos estrangeiros, bem como ao fato da idade média com que chegavam os migrantes nacionais e estrangeiros não ser tão baixa ⁽²⁾. Por outro lado, poder-se-ia supor que houvesse um déficit masculino considerável que justificasse o adiamento de casamentos; entretanto, a razão de sexos na Capital registrava em 1940, 98 homens para cem mulheres.

Acompanhando-se, para esses momentos censitários as taxas de natalidade segundo filhos de brasileiros e filhos de estrangeiros ⁽³⁾, estas apontaram resultados interessantes. Para o ano de 1934, os nascimentos de filhos brasileiros apresentaram uma taxa de 19,8 nascimentos por mil brasileiros residentes no município e, em 1940 esta passou para 22,6 nascimentos; os nascimentos de filhos de estrangeiros registraram, para os respectivos

(1) Veja-se SINGER, P. et alli (1977), onde destacam para o Município de São Paulo essas evidências.

(2) Os dados referentes aos migrantes estrangeiros chegados na Capital e registrados na Hospedaria dos Imigrantes, indicam uma idade média, para os indivíduos solteiros, de 29 anos e, para os migrantes nacionais de 25 anos.

(3) Considerando-se, também, a nacionalidade do chefe da família.

anos, 39,6 e 35 nascimentos por mil estrangeiros. Vale contudo, analisar com cuidado tais indicadores.

Quanto aos nascimentos de filhos estrangeiros, realmente estes encontravam-se elevados para uma população estrangeira que representava em 1934, 28% da população total do município e, em 1940, 21%. Todavia, sabe-se que a fecundidade dos migrantes estrangeiros era alta. Quanto a taxa de natalidade dos filhos de brasileiros, poder-se-ia supor que, dado ser o período de forte migração nacional, o grande aumento da população brasileira da Capital, ou seja, no denominador da taxa, estivesse fazendo baixar as cifras. Observando-se, porém, os números absolutos desses nascimentos, encontrou-se que, para o ano de 1934, 14.705 nascimentos são de filhos brasileiros e 11.460 de filhos de estrangeiros. Evidenciando portanto, diferenças significativas entre a fecundidade de estrangeiros e nacionais. O aumento nos nascimentos de filhos de brasileiros seguiu lento até 1945, o que manteve as taxas num platô tão baixo durante 15 anos, aproximadamente.

Torna-se importante destacar, aqui, que entre esses nascimentos de filhos de brasileiros existiam, e até em grande proporção, descendentes de estrangeiros nascidos na Capital em décadas anteriores, agora brasileiros.

Assim, a acentuada queda da fecundidade nesse período, po de estar representando mudança nos padrões reprodutivos das fa mílias e não nos padrões de nupcialidade, apesar da mudança substantiva de quem casa com quem. O fato é que, as lutas sindicais, o momento político, as transformações artísticas e cul turais da década de 20 são suficientemente fortes para balizar a hipótese de uma influência ao nível de organização familiar de determinados grupos sociais, em processo de proletarização. (PAOLI, 1984).

Torna-se aceitável, então, a hipótese de que a imigração estrangeira, principalmente para gerações posteriores, teria influenciado alterações na fecundidade manifesta durante os quinze anos de declínio nas taxas de natalidade.

A influência anarquista, por exemplo, foi muito expressiva, talvez mais no período anterior, principalmente no que tan ge aos direitos da mulher. Enquanto, o Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ⁽¹⁾, em 1934, publicava: "a consequência do trabalho feminino é a diminuição de nascimentos", ou, "o reflexo social do trabalho sobre a vontade de gerar é negativo", ou ainda, "a mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação", o movimento anarquista questionava a situação da mulher frente

(1) Extraído de PENA, V. (1981)

a maternidade e o casamento. Vários foram os textos e livros publicados para a divulgação dessas idéias; Maria Lacerda de Moura, em 1922, publica o texto A Mulher é uma Degenerada?, onde trata dessas questões pregando o amor livre, a negação do casamento monogâmico eterno ("O casamento é a morte do amor?"), a defesa do divórcio, a crítica aos comportamentos sexuais rotulados, etc. Em 1932 lança o livro: Amai e ... não vos multipliqueis, no qual a emancipação da mulher recusaria o casamento monogâmico e a imposição do cônjuge, resultando na proposta de uma nova forma de relacionamento efetivo. Os jornais sindicais da época, também, divulgavam esses princípios, entre eles destacavam-se: A Plebe e o Trabalhador.

Nos relatos de BOSI, encontra-se referências aos movimentos anarquistas: "minha geração sofreu muito a influência anarquista, fui criado num ambiente de gente muito sensível à justiça social" (p.231).

Avançando na exploração das dimensões na evolução demográfica da cidade de São Paulo e, principalmente tentando circunscrever a questão do declínio da fecundidade no período; é interessante também tecer algumas considerações a respeito dos níveis, tendências e características da mortalidade geral e por causas de morte.

Através da análise da transição da mortalidade materna, FERREIRA e CENEVIVA (1985) encontraram para o período de 1930/1940 na Capital, uma taxa de 420 óbitos maternos por mil nascidos vivos; taxa esta bastante elevada, já que na década seguinte, com a introdução de sulfas e antibióticos, esta se reduziu, consideravelmente, à menos da metade dos óbitos do período anterior. Essa causa específica de morte, está diretamente relacionada às complicações da gravidez, do parto, do puerpério e de abortos. Nas memórias descritas por BOSI, o aborto, provocado ou espontâneo, foi sempre lembrado. Assim que, de certo modo a elevada taxa de mortalidade materna do período, pode também ser um fator a mais a se considerar na explicação da dinâmica demográfica do período.

Noutro estudo, BERQUÓ e GOMES (1985) apontam que certas enfermidades transmissíveis poderiam também ser responsáveis por esterilidade ou por perdas fetais, como é o caso da sífilis. Antes da disponibilidade dos antibióticos, destacam os autores que cerca de 60% dos casos de doença inflamatória pélvica, onde a sífilis é a causa mais comum na mulher, podem ter levado à esterilidade feminina, sendo que a gravidez de mulheres com sífilis pode levar a aborto, morte fetal tardia, morte perinatal ou, a criança nascer com sífilis congênita. O período de 1928-1945 coincide, justamente, com um grande aumento da mortalidade por sífilis na Capital, a qual passa de uma taxa

de 10 óbitos por cem mil habitantes em 1920, para 40 óbitos em 1928, mantendo-se elevada até por volta de 1942. Nota-se, pois, que é justamente o contrário da curva de natalidade, que nesse período atinge seus menores índices. Dentro então, desse conjunto de possíveis fatores explicativos para o entendimento do declínio acentuado da fecundidade, nesse período, a mortalidade por sífilis vem contribuir, uma vez que ocasiona o aumento das perdas fetais precoces e tardias, levando a um menor número de nascidos vivos.

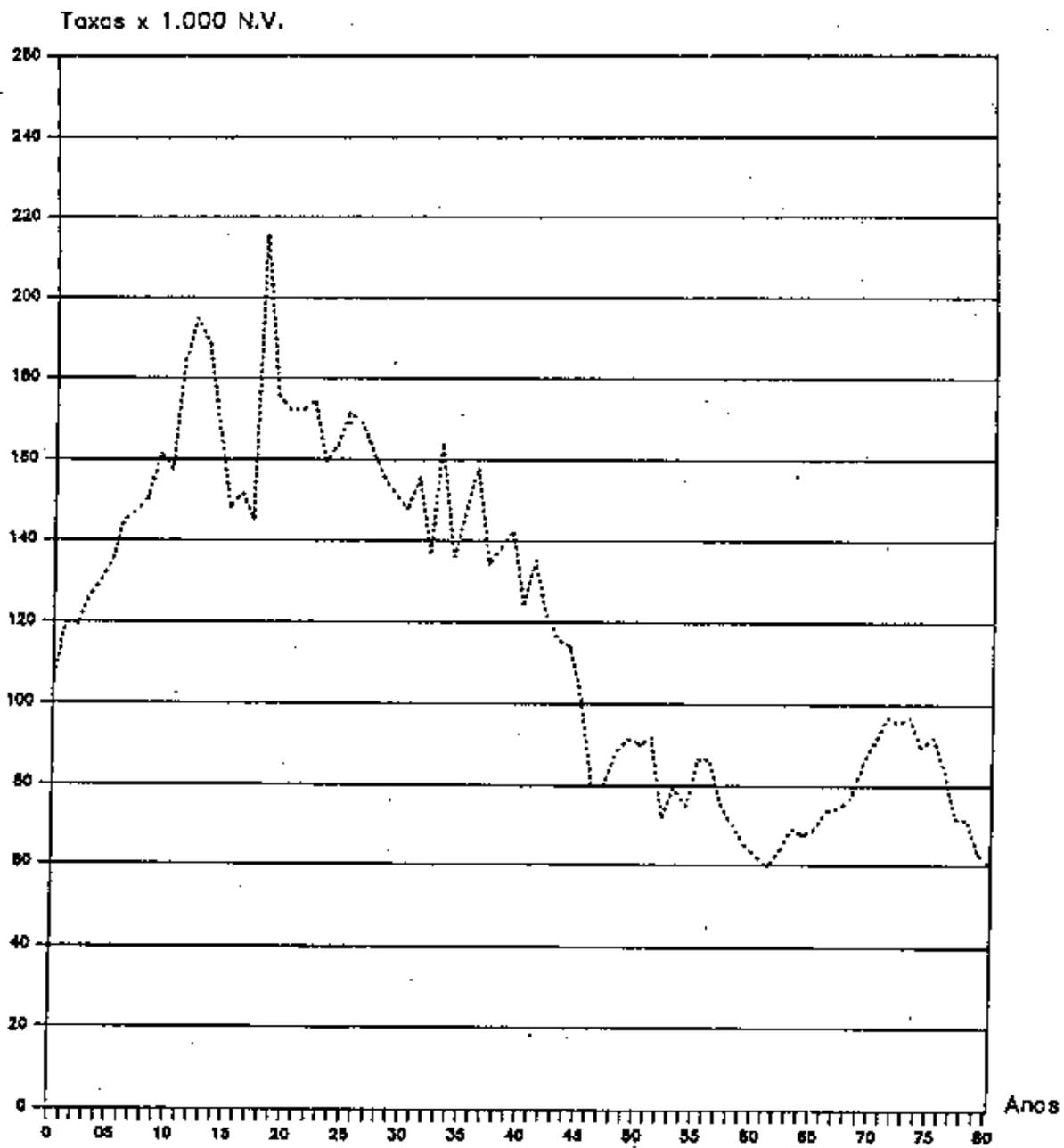
Como visualizado no gráfico 1, a mortalidade geral, nesse período, já apresentava níveis bem inferiores ao período anterior, em torno de 14/15 óbitos por mil habitantes. Separando-se a mortalidade do período segundo estrangeiros e brasileiros, encontrou-se, para 1934 uma taxa de 13 óbitos gerais por mil habitantes estrangeiros, sendo o mesmo valor para os brasileiros; em 1940, essas taxas passaram para 11,8 óbitos por mil brasileiros e, 16,7 por mil estrangeiros.

Sabe-se que a população estrangeira nesses dois momentos censitários manteve-se estável e, até decresceu um pouco em 1940 (ANEXO I), entretanto, como indicam as taxas acima, os estrangeiros apresentaram uma mortalidade maior em relação a população brasileira do período. Tal elevação deve estar relacionada a estrutura etária dessa população estrangeira residente na Capital, pois quando de sua chegada, no final do século

passado e início deste, tais migrantes estrangeiros encontravam-se em idades jovens e adultas, sendo então, que estão começando a falecer nesse período.

Quanto a mortalidade dos brasileiros, esta apresentou um declínio nesse período fazendo-se notar melhorias nos níveis de mortalidade infantil da população em seu conjunto (Gráfico 4). Em torno de 1925, começaram a surgir os primeiros Centros de Saúde e Serviço de Higiene Infantil e Pré-Natal, o que contribuiu para que a taxa de mortalidade infantil registrasse, em média, no final do período, 120 óbitos infantis por mil nascidos vivos; uma mortalidade alta, porém menor que a do período anterior.

Gráfico 4
Taxas de Mortalidade Infantil (x Mil N.V.)
Município de São Paulo
1900-1980



FONTE: Movimento do Registro Civil, Fundação SEADE.

2.3. O período 1945-1965

E foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vem de outro sonho
Feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te
De realidade
Porque és
O avesso do avesso
Do avesso do avesso

(Caetano, SAMPA)

Com a queda da ditadura getulista, 1945-46, a movimentação social pela democratização fez a questão política passar também pela questão dos baixos salários, das condições de existência da população, das condições de trabalho, etc. Assim é que, somente na segunda metade dos anos 40, o salário mínimo estabelecido possibilitou, embora de maneira deficiente, ao trabalhador adquirir alguns bens e não somente produzi-los.

A expansão industrial iniciada nos anos trinta perdurou, mais ou menos, até 1956, quando o processo de substituição de importações alcançou alguns de seus limites (LESSA, 1983). De qualquer forma, o processo de substituição de importações no Brasil, conduziu a economia a um ritmo mais acelerado de desenvolvimento, resultando, além de um agravamento das pressões inflacionárias, os desequilíbrios regionais. O Estado de São Paulo, em particular a Capital, concentrou fortemente esses

novos ramos da indústria, expandindo também o setor terciário.

Com o Plano de Metas - 1956/1961 - passou-se da industrialização restringida para a industrialização pesada, onde o planejamento foi conjugado entre Estado/Capital Estrangeiro/Capital Nacional. Assim, com a implantação de novas empresas, quer seja pelo Estado ou pelo capital internacional, houve a criação de novos espaços econômicos e novos setores pequenos, atraindo a população migrante para os grandes centros urbanos.

Pós 61, com a instalação da indústria de bens de produção no Brasil, a dinâmica da economia passou a depender da própria dinâmica interna. No início de 1964, o Estado populista havia criado importantes componentes das forças de atração, trazendo as populações rurais para a vida urbana.

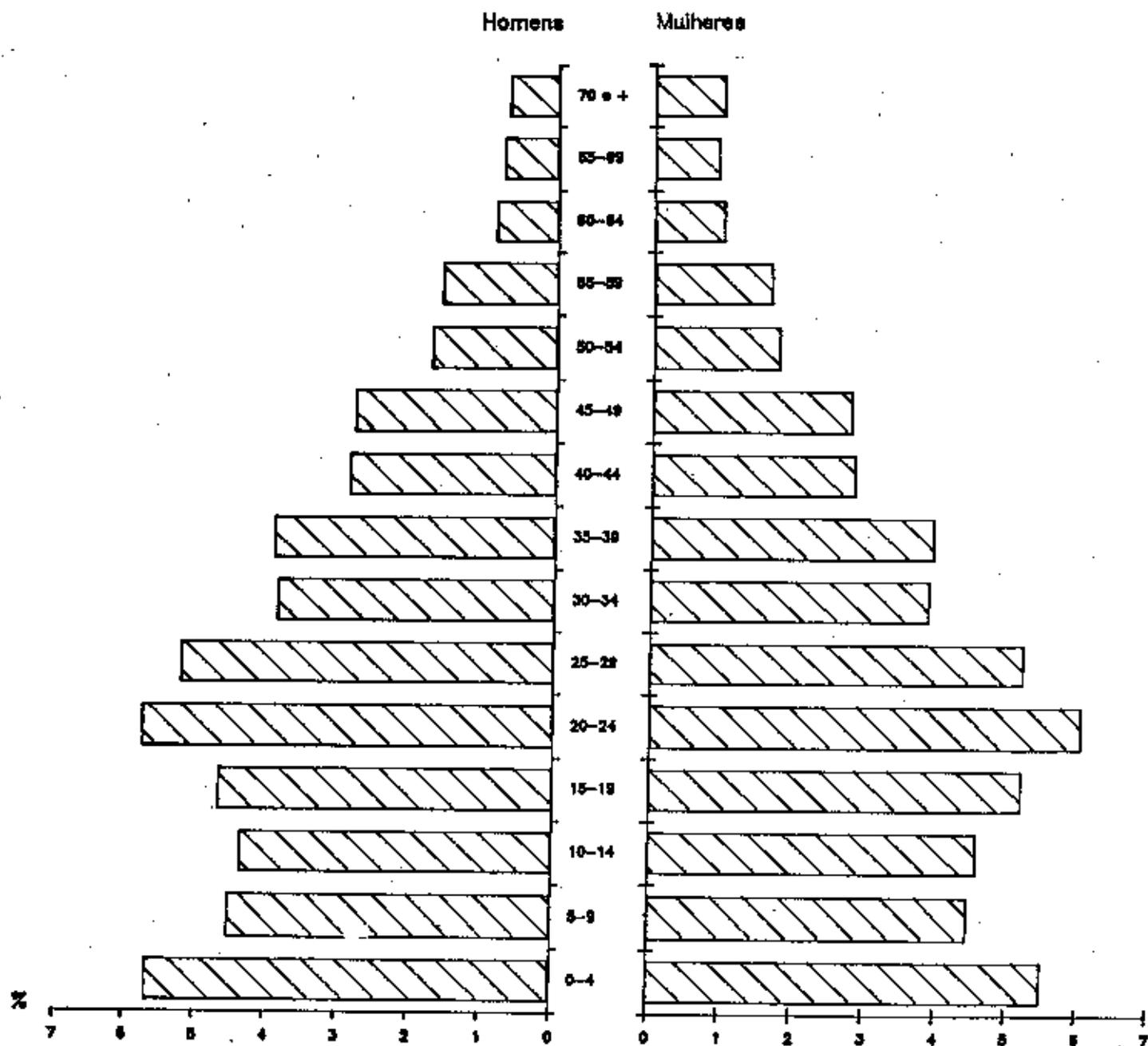
Nesse contexto, a Capital continuava a ser o grande polo de atração populacional, recebendo, agora também, com maior intensidade, os migrantes internos procedentes do Interior do Estado, principalmente de áreas rurais. Entre 1950 e 1960, do crescimento total da população, 42% deveu-se ao componente vegetativo e 58% ao componente migratório (GOLDANI, 1983). Apesar da migração ainda participar com mais da metade do crescimento total, o crescimento vegetativo, com relação ao período anterior, apresentou um aumento em torno de 20%, em parte efeito indireto dos movimentos populacionais anteriores.

De fato, as taxas brutas de natalidade no período 45-65 apontam essa elevação (gráfico 1). Tal crescimento pode estar, em parte, relacionado ao aumento da nupcialidade verificado, no município, principalmente entre os anos 51-55, sugerindo então, essas taxas estarem acompanhando as tendências da natalidade, como no período 1900-25. As pirâmides etárias podem ainda sugerir algumas outras hipóteses.

A estrutura etária da população paulistana, segundo o censo de 1950 (gráfico 5) acentuou a tendência já apresentada na pirâmide de 1940, de uma menor participação relativa do grupo jovem (0-14 anos) 29% em relação a população total, neste caso porém há uma considerável diferença entre o grupo etário de 0 a 5 anos e seus subsequentes; considerando tratar-se de um momento de declínio da mortalidade infantil (década de 40), é de se supor ser essa defasagem o início de recuperação dos níveis de fecundidade associado a uma maior incidência de migração familiar. Essa tendência é confirmada com a pirâmide de 1960 (gráfico 6) na qual há uma extensão das barras dos grupos etários mais jovens - aumentando sua participação para 33% no total da população; configurando uma situação que fundamenta a suposição de níveis de fecundidade mais altos, sem diminuir as características da entrada de imigrantes nas idades adultas.

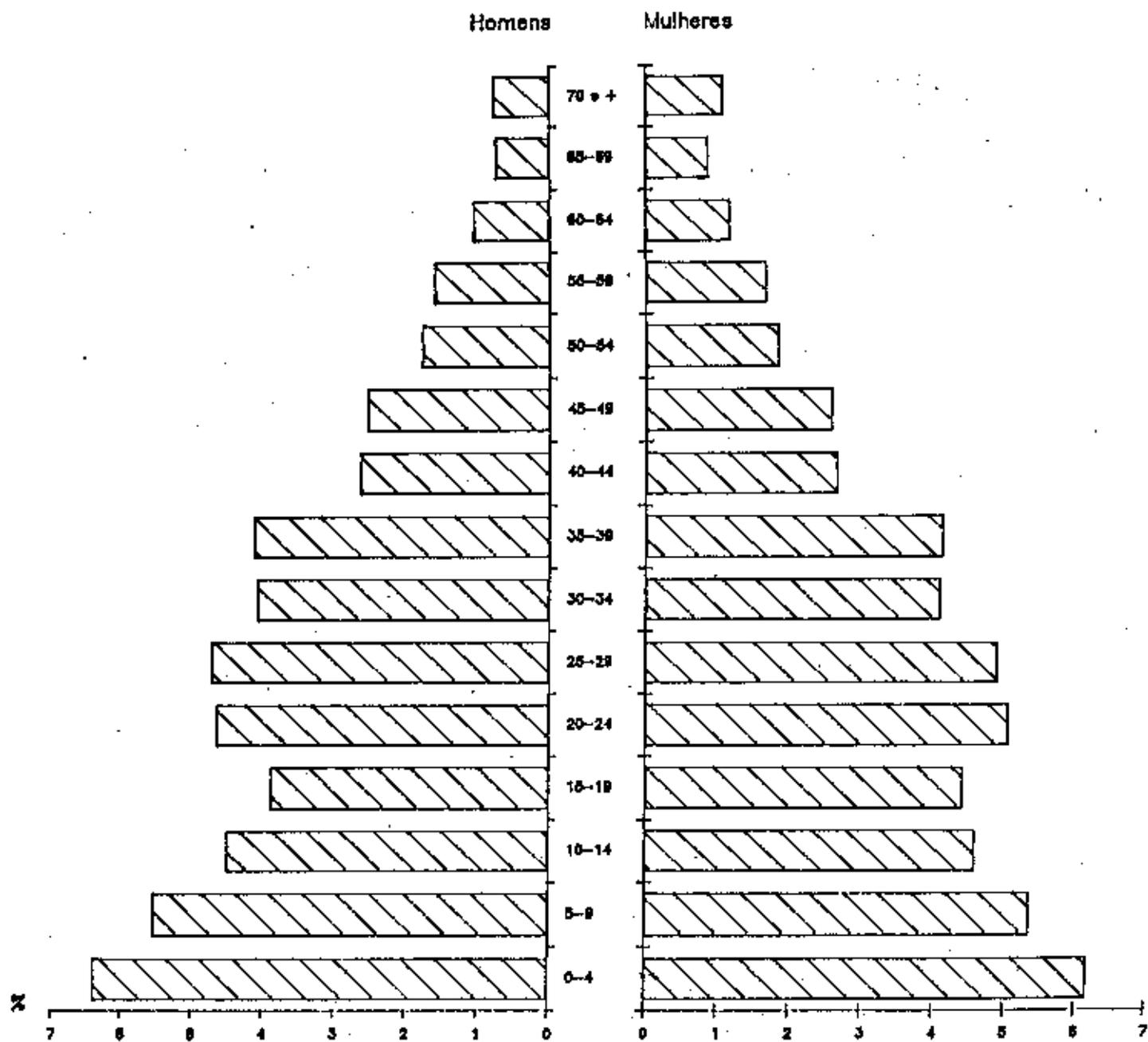
Vale ressaltar que, a natalidade desse período no município de São Paulo, correspondia não somente aos nascimentos de

Gráfico 5
Estrutura Etária do Município de São Paulo
1950



FONTE: Censo Demográfico de 1950 - Fundação IBGE.

Gráfico 6
Estrutura Etária do Município de São Paulo
1960



FONTE: Censo Demográfico de 1960 - Fundação IBGE.

filhos de brasileiros com antecedentes de origem brasileira como já destacado, mas também a nascimentos de terceira ou quarta geração dos imigrantes chegados no início do século, os quais já poderiam ter perdido as influências estrangeiras das décadas passadas, aceitando-se a hipótese de que o declínio da natalidade no período anterior teve forte influência dos estrangeiros.

Nesse período, a mortalidade geral continuava sua acentuada queda, iniciada por volta dos anos 40; verificando-se também um decréscimo da mortalidade infantil até o início dos anos 60, em média 63 óbitos infantis por mil nascidos vivos.

Durante esses vinte anos, o setor terciário, que já era significativo nas primeiras décadas, expandiu-se ainda mais. Segundo o Censo de 1950, a maioria da mão-de-obra feminina distribuía-se entre as atividades industriais (39,7% do total das mulheres ocupadas) e no setor de serviços (38,4%) e, embora a participação masculina ainda fosse predominantemente industrial (46,5% do total dos homens ocupados), as atividades ligadas ao terciário continuavam aumentando sua participação. O grande aumento do setor terciário, nesse período, já suscita um fenômeno bastante conhecido: o surgimento de atividades não capitalistas - autônomos, trabalhadores por conta própria, serviços domésticos, etc. - embutidos também, no mercado de trabalho urbano. Daí, o "avesso do avesso". Acaba ocorrendo uma alteração

nas etapas da evolução do capitalismo europeu, onde as atividades do setor informal não capitalistas são recriados à medida que o capitalismo avança, atingindo, assim, os grupos sociais em questão de maneira diferenciada; ou melhor, afasta-se mais do tipo de família do proletariado maduro, configurando diferenciais acentuados quanto aos padrões de reprodução.

Nesse contexto, acentuou-se ainda mais a expansão da área urbana na Capital. As indústrias paulistanas foram, cada vez mais, se concentrando na periferia da cidade, aumentando o círculo da grande São Paulo.

A população paulistana, em 1965, alcançava 4.642.993 habitantes, apresentando um crescimento, no período 50-60, da ordem de 5,16% ao ano; um crescimento bem maior que o verificado no Estado, 3,38% a.a., e no Interior - 2,76% a.a.

2.4. O período 1965-1980

E os novos baianos passeiam na tua garoa
E novos baianos te podem
Curtir numa boa

(Caetano, SAMPA)

Com a instalação das indústrias de bens de produção, o período 1962-1967 trouxe uma desaceleração na economia. O período seguinte, no entanto, 1968-1973 apresentou, um reaquecimento na economia, graças ao "Milagre Econômico". Da metade dos anos 70 para frente passou por uma grande crise econômica, a qual se perpetua nos anos 80, onde a população assalariada sofre uma grande perda do seu poder aquisitivo, gerando maior número de desempregados.

A dinâmica da população paulistana, nesse período, apresentou características peculiares. A década de 60-70 registrou um crescimento elevado de 5% ao ano, porém na década seguinte essa taxa diminuiu para 3,7% ao ano, igualando-se ao crescimento do Estado e do Interior. No entanto, atualmente, é impossível se falar da capital sem remetê-la ao conjunto da Grande São Paulo. De qualquer forma, é interessante observar, na tabela 2, que a defasagem entre as taxas de crescimento do Interior com relação a Capital, foi menor entre 1900-1920 e, agora, entre 1970-1980.

TABELA 2 - Crescimento Populacional do Estado de São Paulo, Capital e Interior
1900 - 1980

ANO	ESTADO		CAPITAL		INTERIOR		Pop.Capital sobre pop. Estado
	Pop. Total	Tx.Cresc. a.a. (%)	Pop.Total	Tx.Cresc. a.a. (%)	Pop. Total	Tx.Cresc. a.a. (%)	
1900	2.225.968	3,66	224.654	4,81	2.001.314	3,51	10,09
1920	4.565.059	2,28	574.724	4,23	3.990.335	1,92	12,59
1940	7.162.753	2,47	1.326.261	5,25 5,23*	5.836.492	1,75	18,39
1950	9.142.011	3,38	2.198.096 2.208.543*	5,16 5,73*	6.943.915	2,76	24,04
1960	12.752.857	3,23	3.635.032 3.856.913*	5,02 5,03*	9.117.825	2,43	28,50
1970	17.526.729	3,70	5.930.451 6.300.369*	3,70 3,90*	11.596.278	3,70	33,84
1980	25.204.836		8.533.292 9.228.921*		16.671.544		33,86

* inclui os desmembramentos ocorridos neste século

FONTE: Ano de 1900- Movimento do Registro Civil- Fundação SEADE
1920 a 1980- Censos Demográficos - Fundação IBGE.

Essas taxas parecem indicar que no início do século a participação do Interior e da Capital no Estado como um todo, apesar de etapas econômicas distintas entre eles apresentavam-se muito próximas, uma vez que a cafeicultura detinha a hegemonia do mercado, onde o Interior desempenhava um papel fundamental. A partir do momento em que a expansão fundamental trouxe profundas modificações no mercado de trabalho e transformações na mão-de-obra, no processo de urbanização e nas relações de trabalho, a Capital do Estado já se encontrava preparada para essas mudanças, disparando seu crescimento em relação ao Interior; é aí que os movimentos internacionais do começo do século e interno por volta dos anos 30, modificaram o cenário da Capital. Em contrapartida, na década passada, com a desconcentração industrial da Grande São Paulo, a migração interna passou a se dirigir ao Interior, gerando o rápido crescimento populacional verificado.

Apesar dos movimentos migratórios começarem a se dirigir para o Interior, na década passada (CUNHA, 1986), o Município de São Paulo ainda continua a se destacar como grande receptor de contingentes populacionais, inclusive pelos fatores de expulsão de determinadas áreas, como o esgotamento das fronteiras agrícolas e o processo de modernização da agricultura ⁽¹⁾. As

(1) Uma análise detalhada dessas questões encontra-se em MARTINE e CAMARGO, 1984.

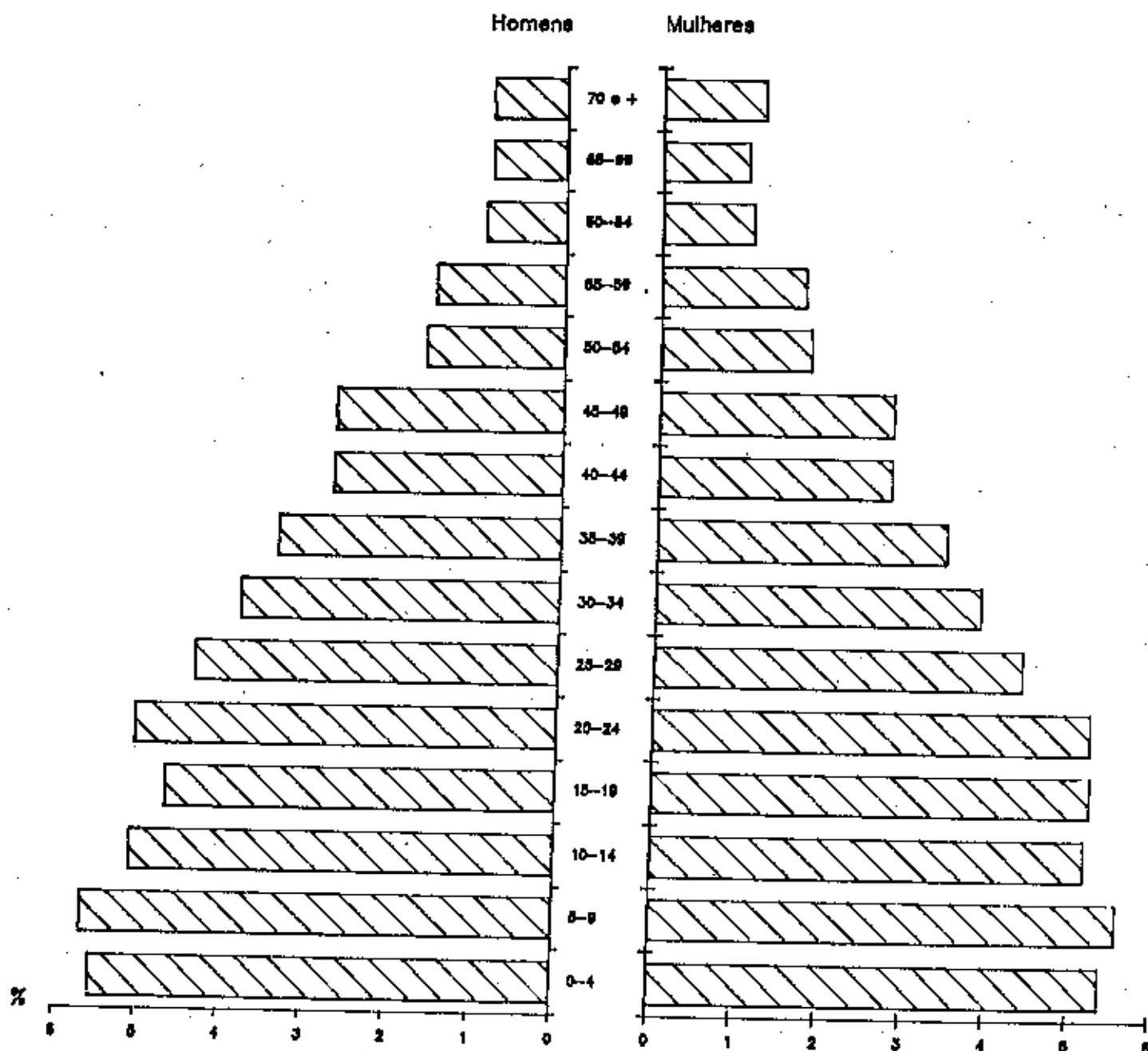
pirâmides etárias, a seguir, ilustram a ação conjunta dos elementos demográficos, evidenciando a participação acentuada dos movimentos migratórios, no município.

Através da pirâmide referente a década 60/70 (gráfico 7) observa-se que o grupo jovem se manteve com a mesma participação da década anterior (32%), porém com uma nítida redução de crianças de 0 a 5 anos, provavelmente já refletindo a tendência a um novo declínio da fecundidade a partir de meados da década de 60. A extensão nas barras em idade adulta, reflete o efeito migratório. Na pirâmide etária de 1980 (gráfico 8) o alongamento das barras de 0 a 5 anos, bem como daquelas correspondentes aos grupos adultos jovens (principalmente de 20 a 25 anos) sugerem novas características dos movimentos migratórios, uma vez que por outras evidências empíricas, sabe-se que a tendência de diminuição da fecundidade, apesar de diferenciais consideráveis, prosseguiu na década de 70.

De fato, esse declínio da fecundidade a partir de 1965 já se pode perceber incidir diferencialmente em grupos sociais envolvidos, uma vez que estudos de campo, principalmente a Pesquisa sobre Reprodução Humana no Distrito de São Paulo (1)

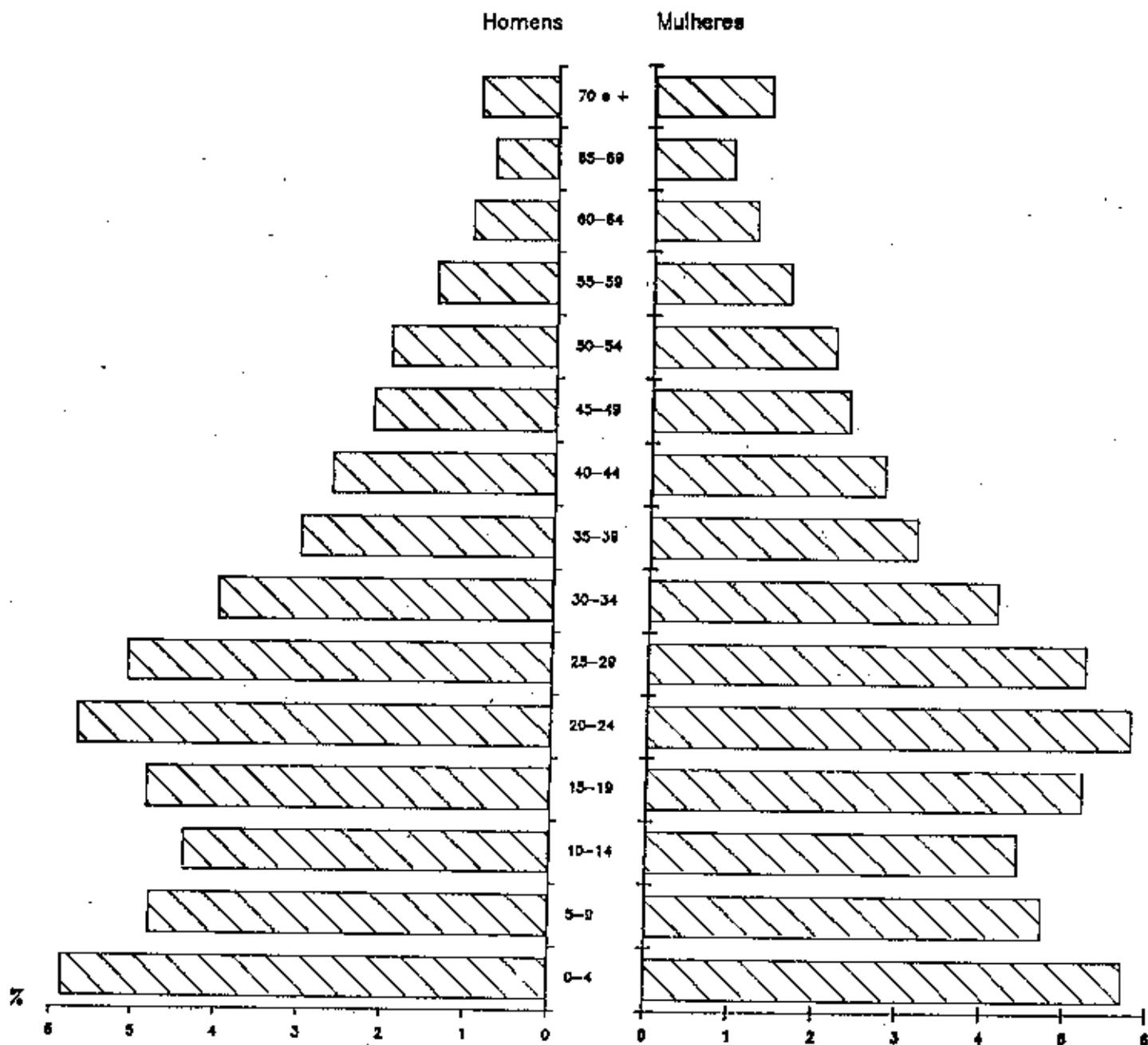
(1) Esta pesquisa foi realizada pelo então CEDIP (Centro de Estudos de Dinâmica Populacional) da Faculdade de Saúde Pública da USP. Aspectos teóricos-metodológicos tanto da Pesquisa quanto da análise de resultados encontra-se em PATARRA (1976) e BERQUÓ, et alii (1977).

Gráfico 7
Estrutura Etária do Município de São Paulo
1970



ONTE: Censo Demográfico de 1970 -- Fundação IBGE.

Gráfico 8
Estrutura Etária do Município de São Paulo
1980



ONTE: Censo Demográfico de 1980. Fundação IBGE.

realizada entre os anos de 65-67, evidenciou nítidos diferenciais particularmente através da escolarização embora, no conjunto os patamares de reprodução já estivessem baixos.

A década de 70-80 registrou no município de São Paulo uma Taxa de Fecundidade total de 2,99 filhos por mulher, taxa esta menor que a verificada no Estado, 3,44. (GOLDANI, 1983). Apesar do acentuado declínio da fecundidade, no entanto, ao contrário do discurso controlista, as modificações nos padrões reprodutivos não levaram a população a uma melhoria nas condições de vida. (BERQUÓ, 1983).

O período no qual pôde-se observar a evolução das taxas demográficas na Capital, corresponde como se sabe, a um intenso crescimento populacional, partindo-se de uma cidade que já apresentava nítidas características urbanas desde o começo deste século, como viu-se anteriormente.

A tabela 3 resume a evolução do crescimento populacional, na Capital, ao longo dessa trajetória, porém procurando indicar a participação do componente vegetativo e migratório. A participação desses componentes até a década de 60, foi mencionada nos outros períodos; a última década 70/80, no entanto, inverte todas as situações anteriores: o componente migratório apresentou-se menor que o vegetativo. Sabe-se que esta década caracterizou-se por uma migração interna intensa em direção ao

TABELA 3 - Evolução do Crescimento Populacional no Município de São Paulo - Componente Vegetativo e Migratório. 1900 - 1980.

ANO	CRESCIMENTO TOTAL DA POPULAÇÃO	COMPONENTE VEGETATIVO (nasc. - óbitos)	COMPONENTE MIGRATÓRIO (saldo)
1900	350.070	131.863 (37,67%)	218.207 (62,33%)
1920	433.231	175.236 (40,45%)	257.995 (59,55%)
1934	309.441	97.186 (31,41%)	212.255 (68,59%)
1940	871.835	242.025 (27,85%)	629.810 (72,15%)
1950	1.583.350	667.459 (42,15%)	915.891 (57,85%)
1960	2.257.914	972.571 (43,07%)	1.285.343 (56,93%)
1970	2.568.602	1.429.871 (55,67%)	1.138.731 (44,33%)
1980			

PONTE: Até 1934: Censos Demográficos de 1900, 1920 e Censo Escolar de 1934. Fundação IBGE e, Movimento do Registro Civil, Fundação SEADE
A partir de 1940: extraído de GOLDANI ALTMANN, A.M. (1983).

Interior do Estado, o qual passa de um saldo migratório de 289.920 pessoas na década de 60/70 para 1.885.883 migrantes na década seguinte.

Quanto aos fluxos migratórios, a Capital recebeu migrantes tanto inter como intra-estaduais. A década de 70/80 apresentou, porém, uma diminuição no seu percentual migratório em relação à população migrante do Estado como um todo; segundo o censo de 1970 esse percentual era da ordem de 34%, caindo para 26% na década seguinte. No que diz respeito à composição do fluxo migratório por procedência dos migrantes, fluxos estes somente possíveis de identificar nas duas últimas décadas, a tabela 4 aponta modificações importantes ocorridas no período.

De uma década para outra, Estado e Capital tiveram um aumento em seus fluxos inter-estaduais. Dentre esses fluxos para todo o Estado, a participação mineira ocupava, na década 60/70, o primeiro lugar com 11% do fluxo total, juntamente com os Estados do Nordeste, onde a Bahia se destacou com 4,9% desse fluxo total para o Estado; e, em terceiro lugar os fluxos migratórios do Estado do Paraná. Na década seguinte, inverteu-se essas posições: os nordestinos aumentaram sua participação de 12% em 60/70 para 18% do fluxo total do Estado, em 70/80, o Paraná passou a representar 10% desse fluxo, e Minas Gerais decresceu sua participação para 8%. Na Capital, os nordestinos, tanto em 60/70 como em 70/80, lideraram o percentual de

Tabela 4 - Participação dos Não-Naturais do Município de
Residência Atual, por Proveniência no Estado de
São Paulo e Capital - 1970/1980.

	TOTAL	SP	MG	PR	RJ ES	BA	PE	CATR. NE	RG SC	CO	NO
ESTADO											
1970	8432882	64,0%	10,7%	3,6%	1,9%	4,9%	2,7%	4,3%	0,8%	1,1%	0,2
1980*	6602458	57,2	8,4	10,1	1,9	5,7	4,7	7,2	0,7	2,0	0,3
CAPITAL											
1970	2841150	40,0%	14,03	4,95	3,18	9,55	5,23	7,43	1,48	1,2	0,4
1980*	1738045	21,5	12,82	10,60	3,34	14,44	11,28	1702	1,45	1,9	0,7

* Os dados de 1980 se referem exclusivamente a migrantes com menos de 10 anos de residência.

FONTE: Censos Demográficos - 1970 e 1980 - FIBGE.

não-naturais, de uma participação de 22% do total dos fluxos para a Capital em 60/70 passaram para 43% em 70/80. Desses nordestinos a Bahia, Pernambuco e Ceará apresentaram as maiores participações; os mineiros permaneceram também na segunda posição em 1980, nos dois momentos sua participação foi aproximadamente de 13% do total. Vale ressaltar que se compararmos os percentuais de migrantes do estado de Minas Gerais com os percentuais de cada um dos estados do Nordeste, evidentemente, os mineiros ocupariam a primeira posição na participação total da migração na Capital, seguido do grupo dos baianos e, em terceiro lugar os paranaenses, que dobram sua participação de 70 para 80. Estado este que presenciou uma das maiores reversões na história demográfica desse país, passando de um saldo migratório intercensitário, entre 1950-60, de 1.509.200 pessoas para um saldo negativo de 1.294.000 migrantes, na década 1970/80. (MARTINE e CAMARGO, 1984).

Quanto aos outros componentes da dinâmica demográfica, a curva de mortalidade terminou ao longo desses oitenta anos, com níveis relativamente baixos, em torno de 8 óbitos por mil habitantes. A mortalidade infantil apresentou um ligeiro aumento nos anos 60 até 1976, voltando a taxas menores, quando registrou em 1980, 54 óbitos infantis por mil nascidos vivos. Quanto as taxas brutas de natalidade, essas terminaram por registrar 28 nascimentos por mil habitantes; taxa um pouco mais

elevada que em 1970 (25,70%). Porém não se pode deixar de consi
derar o próprio efeito dos movimentos, bem como o aumento verii
ficado nas taxas de nupcialidade, nesse período, em torno de
8 casamentos por mil habitantes.

3. Tendências Atual e Futura da População Paulistana

Antes de terminar a reconstrução da dinâmica populacional no decorrer desses oitenta anos no Município de São Paulo, vale a pena registrar as estimativas da população para os próximos anos que encerrarão o século XX.

- 1) A fecundidade prossegue. A primeira metade dos anos 80 já trouxe um decréscimo de 20% nos nascimentos (WONG, 1987). Acompanhando-se a evolução das Taxas de Fecundidade Total, para o Município e para a Grande São Paulo (tabela 5), pode-se observar essa queda, para ambas regiões, sendo porém que o município apresentou menores taxas. Nota-se também pequenas oscilações nessas taxas em alguns anos, suscitando os possíveis efeitos conjunturais da crise.

Tabela 5: Evolução da taxa de fecundidade total, 1980-1985.

Região \ Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Gde. São Paulo	3,32	3,32	3,28	2,96	2,70	2,60
Munic. São Paulo	3,01	2,99	3,04	2,73	2,50	2,42

Fonte: Extraído de WONG E GIRALDELLI (1986).

2) Quanto a migração interna para a Capital, apesar do volume ainda ser grande, este município já começou a perder população, tanto para a região da Grande São Paulo, como para o Interior do Estado (CUNHA, 1986). Na verdade, o destino dos fluxos para o Interior concentraram-se em algumas áreas de maior desenvolvimento industrial, tais como a Região Campinas, Litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba, Ribeirão Preto e, em menor volume, para Bauru. Segundo as informações da Pesquisa Emprego e Desemprego da Fundação SEADE e DIEESE, a migração interna para o Município, apresentou certa diminuição nos anos de crise, todavia continua sendo um pólo de atração populacional.

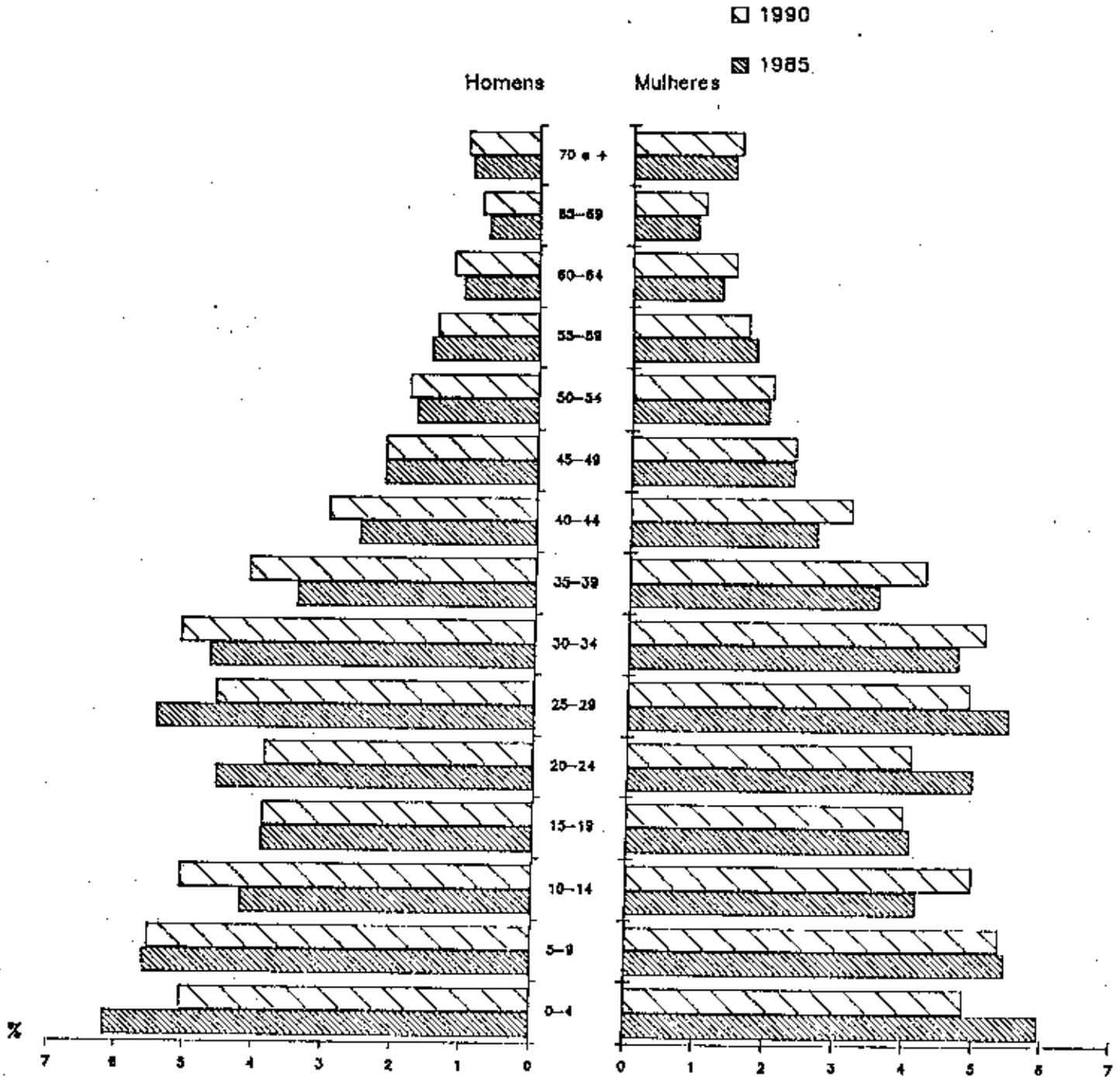
3) As projeções de população para a cidade de São Paulo ⁽¹⁾, se esta continuar seguindo as mesmas tendências e características da década passada, indicam um crescimento de 2,54% a.a., registrando as seguintes populações:

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1987	5.165.634	5.388.470	10.554.104
1988	5.297.051	5.525.563	10.822.614
1989	5.431.881	5.666.143	11.097.954
1990	5.570.000	5.810.300	11.380.300
2000	6.642.100	6.960.800	13.602.900

(1) Versão preliminar a ser publicada na série Informe Demográfico da Fundação SEADE sobre "Projeção da População para o Município de São Paulo e seus distritos".

4) A conjugação das pirâmides etárias projetadas já apontam algumas alterações e ilustram muito bem os elementos da dinâmica demográfica do Município (Gráfico 9). A queda da fecundidade é claramente visualizada através do estreitamento das barras referentes aos grupos etários jovens, declínio este que parece prosseguir até o ano 2000. Em contrapartida, observa-se que o declínio da mortalidade, a qual segundo as projeções ficará em torno de 5 óbitos por mil habitantes, associado à queda da fecundidade faz com que o grupo dos idosos apresentem uma participação mais elevada no conjunto da população. A migração responderá pois, pelo alargamento das barras correspondentes aos grupos etários de 20-34 anos.

Gráfico 9
 Estrutura Etária do Município de São Paulo
 Projeção de População
 1985-1990



FONTE: DAEP - Fundação SEADE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se explorar, ao longo deste texto, dimensões significativas ao entendimento da transição demográfica que possam contribuir a um debate referido ao esforço atual de reconceituá-la.

A própria evolução dos dados demográficos sugeriu um acompanhamento mais detalhado de alguns períodos. Tanto assim, que ênfase maior foi dada aos períodos de 1900-1925 e 1925-1945; por outro lado, a bibliografia acerca dos movimentos estruturais e conjunturais da cidade de São Paulo, bem como eventos culturais, sociais, políticos apresentou-se mais diversificado e rico do que para décadas mais recentes, contudo este estudo prosseguirá no sentido de um maior entendimento dos períodos.

Nesse sentido alguns aspectos parecem importantes:

1. A discussão a respeito da questão da periodização econômica vis-a-vis à periodização demográfica. Eventuais defasagens podem constituir justamente, um dos elos necessários à cadeia articulada de dimensões explicativas.
2. Relacionados com o anterior, esses "tempos" sugerem não só mediações distintas como o papel distinto que pode ter a mesma mediação.
3. A tentativa de reconstruir várias dimensões (ideológicas,

econômicas, culturais, políticas, etc.) em cada situação concreta pode desvendar também o efeito da dinâmica demográfica sobre a dinâmica social, e não apenas a explicação usual, do econômico sobre o demográfico.

4. O texto suscita a necessidade de estudos a nível desagregado (o município, por exemplo), uma vez que pensar, no nosso caso, o país como um todo ou em suas grandes regiões pode encobrir trajetórias diversas.
5. Procurou-se explorar o efeito direto e indireto, quantitativo e qualitativo, dos movimentos migratórios ao longo da trajetória histórica. Apesar das evidências aqui serem exploratórias, é possível avançar no sentido de sua incorporação como uma das dimensões significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola, S.P., Hucitec, CNPq, 1982.
- ALVIM, M.R.B. "Família e Proletarização Industrial: A Constituição de um "Mercado de Trabalho" específico a uma grande Fábrica Têxtil". Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 1984.
- ALVIM, Z. Brava Gente ! Os Italianos em São Paulo, 1870-1930. Brasiliense, 1986.
- ARAÚJO Fº, J.R. "A População Paulistana". Cap.IV, In: A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Cia. Editora Nacional, Vol. II, S.P., 1958.
- "O Café, Riqueza Paulista". Boletim Paulista de Geografia, Nº23, S.P., Julho, 1955.
- BANDEIRA Jr., E. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, S.P., Typ. do "Diário Oficial", 1901.
- BERQÜO, E. "Algunas Consideraciones sobre la Transición Demográfica en Brasil" - Memórias del Seminário Latinoamericano de Población y Desarrollo. México, 1983.
- BERQÜO, E & GOMES, C. "O Impacto da Sífilis no Declínio Verificado na Fecundidade no Período 1928-1945, na Capital de São Paulo". Anais Seminário Latino-Americano sobre População e Saúde, Campinas, 1985.

- BERQÜO, E., OLIVEIRA, M.C. & CAMARGO, C.P. (ed.) A Fecundidade em São Paulo - Características Demográficas, Sociológicas e Sócioeconômicas, CEBRAP. Editora Brasileira de Ciências, S.P., 1977.
- BOSI, F. Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos, TAQ - EDUSP, 1983.
- CALDWELL, J. "Toward a Restatement of Demographic Transition Theory". Population and Development Review, 1976.
- CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 2a. edição, DIFEL, 1977.
- CAMARGO, J.F. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos Econômicos, IPE-USP, Ensaio Econômico, 14, São Paulo, 1981.
- COALE, A. "The Demographic Transition". In: International Population Conference, Liège, 1973 - IUSSP, Vol.1, p.53-72.
- CHESNAIS, J.C. La Transition Démographique: Étapes, Formes, Implications. Institut d'Etudes Politiques, Paris, Octobre, 1977.
- CUNHA, J.M. "Os Deslocamentos Populacionais da Década de 70 na Grande São Paulo: Um Enfoque das Correntes Migratórias". In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vol.2. Águas de São Pedro, 1986.
- DEAN, W. "A Industrialização durante a República Velha", Cap.II

- In: História Geral da Civilização Brasileira, sob a direção de Fausto B, DIFEL/Difusão Editorial S.A., S.P., 1975.
- DECCA, M.A.G. A Vida fora das Fábricas - São Paulo 1920-1934, Paz e Terra, 1987.
- FARIA, V. "O Processo de Urbanização no Brasil. Algumas Notas para seu Estudo e Interpretação". Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, S.P., 1978.
- FAUSTO, B. Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, 1970.
- FERREIRA, C.E. & CENEVIVA, P. "Análise da Mortalidade Materna através das Estatísticas Vitais: Dificuldades e Perspectivas". Anais Seminário Latino-Americano sobre População e Saúde, Campinas, 1985.
- FONT, M. "Changing Patterns in the Social Organization of the Coffe Export Sector in São Paulo, 1889-1930". University of Michigan, maio 1982.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1976.
- GATTAI, Zélia Anarquistas, Graças à Deus, Editora Record, 3a. edição, R.J., 1980.
- GOLDANI, A.M.A. Análise Demográfica Regional - Grande São Paulo

- Fundação SEADE, 1983.
- LEITE, A. A História de São Paulo, Breve Resumo Cronológico.
S.P., 1944.
- LEITE, C.C. Terra Bandeirante: Algumas Impressões do estado de São Paulo. Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais"
1943.
- LEITE DE BARROS, M.S. As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil, Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP, 1983.
- LESTHAEGE, R. "On the Control of Human Reproduction". Population and Development Review, 6:4, Dez, 1980.
- LESSA, C. 15 anos de Política Econômica, São Paulo, Brasiliense
1983.
- LEVINE, D. Family Formation in an age of Nascent Capitalism,
New York, 1977.
- MARTINE, G. & CAMARGO, L. "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes", Revista Brasileira de Estudos de população, Vol.1, n.1/2 - Jan/
Dez, 1984.
- MATOS, O. "São Paulo no Século XIX". In: A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol.II, S.P., 1958. Cia Editora nacional.
- MERRICK, T. "Production and Reproduction in Europe and Latin

America: The Proletarianization Hypothesis". paper presented at the IUSSP General Conference, Florence, June 1985.

MONBEIG, P. "O Estudo Geográfico das Cidades", Revista Arquivo Municipal de São Paulo, VI (72), 5-38, 1941.

..... Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo - Hucitec/Rocis, São Paulo, 1984.

MORSE, R. Formação Histórica de São Paulo - Difusão Européia do Livro, S.P., 1970.

PAIVA, P. "O Processo de Proletarianização como fator de Descstabilização dos Níveis de Fecundidade no Brasil", In: PATARRA, N: (Compiladora), Reproduccion de Población y Desarrollo, 5, CLACSO, São Paulo, 1985.

PAOLI, M.C. "A Família Operária: Notas sobre sua Formação Histórica no Brasil", Anais IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 1984.

PATARRA, N.L. "Migração na Transição Demográfica: O Caso de São Paulo - 1900/1980". Trabalho apresentado ao Congresso Euro-Brasileiro sobre Migração. Faculdade de Direito - USP, 1985.

PATARRA, N.L. & FERREIRA, C.E. "Repensando a Transição Demográfica: Formulações, Críticas e Perspectivas de Análise".

- TEXTO NEPO 10, NEPO/UNICAMP, Campinas, 1986.
- PENA, M.V. Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, Paz e Terra, R.J., 1981.
- PESTANA, P.R. A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num Século (1822-1922), São Paulo. Secretaria de Agricultura. Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923.
- PETRONE, P. As Indústrias Paulistas e os Fatores de sua Expansão. Boletim Paulista de Geografia, Nº14, São Paulo, Julho, 1953.
- "São Paulo no Século XX", In: A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Cia Editora Nacional, Vol. II, S.P., 1958.
- PRADO Jr., C. Evolução Política do Brasil e outros Estudos, 2a. Edição, Editora Brasiliense Ltda., S.P., 1957.
- RAGO, L.M. Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei - Liberalismo e Experiência Anarquista na República. Dissertação de Mestrado - Departamento de História - IFCH/UNICAMP, 1984.
- SAWYER, D.O. "Relações entre Mortalidade e Fecundidade - O caso de São Paulo". In: PATARRA, N. (Compiladora) - Reproducción de la Población y Desarrollo 4, CLACSO, 1983.
- SECOMBE, W. "Marxism and Demography", The New Left Review, Feb. 1983.

- SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil
S.P., ALFA-OMEGA, 1976.
- SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Editora
Nacional e Editora da USP, S.P., 1968.
- Economia Política da Urbanização.
- SPINDEL, C. Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Ca-
feeira - R.S., Paz e Terra, 1979.
- STONE, L. The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800,
N.Y., Harper e Pow, 1977.
- TABUTIN, D. Problèmes de Transition Demographiques, Louvain-La
-Neuve, 1980.
- TADANI, V.N. "The Logic of Sentiment: The Family and Social
Change". Population and Development Review, 4.3, set.
1978.
- TILLY, E. (ed.) Historial Studies of Changing Fertility, Prince
ton, Princeton University Pren, 1978.
- TILLY & SCOTT, J.W. Woman, Work and the Family. Hol. Reinhart and
Winston, N.Y., 1978.
- WONG, L. & GIRALDELLI, B. "A Queda da Fecundidade e a População
Menor de Cinco Anos no Estado de São Paulo nos Anos
Pós-1980". Anais do V Encontro Nacional de Estudos Po-
pacionais. Águas de São Pedro, 1986.

ANEXOS

ANEXO I

TABELA 1 - População estrangeira registrada na Capital, nos anos de 1920 e 1940, segundo cinco grupos nacionais.

GRUPOS NACIONAIS	Número Absoluto	1920		1940	
		% sobre popula- ção estrangeira	número Absoluto	% sobre pop. total estrang.	
ITALIANOS	91.544	44,60	73.949	25,5	
JAPONESES	64.687	31,50	78.949	27,7	
PORTUGUESES	966	0,50	8.923	3,1	
ESPAÑHÓIS	24.902	12,10	35.136	12,3	
ALEMÃES	4.555	2,2	20.702	7,3	
Outros sem nacionalidade específica	18.591	9,1	67.810	23,8	
Total	205.245	100	285.469	100	

FONTE: CAMARGO, J.F. (1981).

TABELA 1-A - População total e estrangeira no Município de São Paulo-1920/80

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (A)	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (B)	% (B) / (A)	POPULAÇÃO BRASILEIRA
1920	574.724	205.245	35,71	369.479
1934	1.033.202	289.058	27,98	744.144
1940	1.326.261	285.469	21,52	1040.792
1950	2.198.096	300.430	13,67	1897.666
1960	-----	-----	-----	-----
1970	5.930.451	381.697	6,44	5.548.754
1980	8.533.292	325.540	3,81	8.207.752

FONTE: Até 1950: CAMARGO, J.F. (1981)

1970 e 1980 - Censos Demográficos - Fundação IBGE.

ANEXO II

TABELA 2 -- População Total, Urbana e Rural, Capital, Estado de São Paulo e Interior-
1940/1980.

ANO	CAPITAL *			INTERIOR *			ESTADO DE SÃO PAULO		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
1940	1.258.482	67.779	1.326.261	1909629	3944426	5854055	3168111	4012205	7180316
(%)	94,89	5,11	100	32,6	67,4	100	44,12	55,9	100
1950	2060555	147988	2208543	2741656	4182224	6925880	4804211	4330212	9134423
(%)	93,3	6,7	100	39,6	60,4	100	52,6	47,4	100
	93,4**	6,6**	100	39,7**	60,3**	100			
1960	3329120	527793	3856913	4822516	4299624	9122136	8151632	4827417	1297904
(%)	86,3	13,7	100	52,9	47,1	100	62,8	37,2	100
	88,0**	12,0**	100	52,7**	47,3**	100			
1970	6247182	53187	6300369	8029057	3442522	11471579	14276239	3495709	1777194
(%)	99,2	0,84	100	70,0	30,0	100	80,3	19,7	100
	99,1**	0,87**	100	70,9**	29,1**	100			
1980	9072936	155985	9228921	13123442	2688349	15811791	22196378	2844334	2504073
(%)	98,3	1,69	100	83,0	17,0	100	88,6	11,4	100
	98,2**	1,84**	100	83,7**	16,3**	100			

* inclui os desmembramentos ocorridos a partir de 1900 na Capital

** não inclui os desmembramentos ocorridos na Capital

PONTE: 1940 a 1970 - Informe Demográfico nº 1- Fundação SEADE

1980 - Censo Demográfico - Fundação IBGE.

A N E X O III

TABELA 3 - Distribuição da População por Grupos Etários (porcentagens). Município de São Paulo e Estado de São Paulo. População Total nos anos censitários. 1920/1980.

GRUPOS ETÁRIOS (ANOS)	1920		1940		1950		1960		1970		1980	
	CAPITAL	ESTADO										
0 - 14	35,36	42,55	30,30	40,47	29,11	37,95	32,60	44,86	32,52	36,67	29,56	32,97
15 - 49	54,86	48,68	58,48	50,43	58,93	52,02	54,66	47,02	54,60	50,97	56,39	53,78
50 e +	10,04	8,87	11,20	9,10	11,95	9,98	12,70	8,10	12,87	12,63	13,63	12,59

FONTE: Censos Demográficos - 1920 a 1980 - Fundação IBGE

A N E X O I V

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A IDADE - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
1985/2000

Grupos de Idade	A N O S						
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	2000
Total	10.038.935	10.093.356	10.554.104	10.825.614	11.097.954	11.330.900	13.632.900
Menos de 1	257.154	253.719	250.159	246.476	242.680	238.779	-
1 - 4	961.948	949.106	935.781	922.005	907.806	893.212	(*)971.900
5 - 9	1.111.493	1.138.412	1.163.161	1.191.719	1.218.042	1.244.093	1.342.800
10 - 14	841.559	856.424	854.157	1.014.907	1.076.760	1.145.890	1.183.100
15 - 19	802.798	831.831	840.732	839.477	878.039	876.392	1.327.000
20 - 24	959.102	950.011	940.263	930.177	919.479	908.292	1.254.300
25 - 29	1.093.561	1.096.771	1.094.327	1.091.174	1.087.333	1.082.790	1.112.500
30 - 34	944.702	983.308	1.039.447	1.078.314	1.118.699	1.164.990	1.090.600
35 - 39	708.202	751.459	799.063	849.097	901.644	956.791	1.156.500
40 - 49	984.301	1.029.223	1.075.776	1.123.678	1.172.863	1.223.967	2.077.600
50 - 59	710.802	729.012	747.170	765.350	783.234	801.092	1.157.000
60 - 69	410.799	432.146	454.269	477.236	501.002	525.594	692.500
70 e Mais	247.799	257.608	267.679	277.904	288.063	298.998	471.100

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Tendências da População - 1980/1990.

Nota: A população refere-se a 1º de julho.

(*) Refere-se ao grupo etário de 0 a 4 anos.

ANEXO V
CAPITAL - RAZÃO DE SEXO POR FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	A N O		
	1 9 2 0	1 9 4 0	1 9 5 0
0 - 04	1,03	1,02	1,03
5 - 09	1,01	1,03	1,02
10 - 14	0,98	0,95	0,96
15 - 19	0,94	0,94	0,90
20 - 24	0,95	0,93	0,95
25 - 29	1,15	0,94	1,00
30 - 34	1,18	1,02	0,99
35 - 39	1,17	1,04	0,99
40 - 44	1,07	1,05	1,02
45 - 49	1,06	1,04	1,01
50 - 54	1,07	0,98	1,00
55 - 59	1,06	0,96	0,98
60 - 64	1,01	0,88	0,88
65 - 69	0,98	0,84	0,83
70 e +	0,81	0,73	0,78

15 - 49	1,05	0,98	0,98
T O T A L	1,03	0,98	0,98

Fonte: Censos Demográficos, 1920, 1940 e 1950 - Fundação IBGE

PUBLICAÇÕES NEPO

- TEXTOS NEPO 1 - *Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo.*
autora: Maria Coleta F.A.Oliveira
- TEXTOS NEPO 2 - *Perfil Sócio-Econômico de Rio Claro (Relatório de Pesquisa)*
autores: John Marion Sydenstricker
Maria Isabel Baltar da Rocha
Ralph Hakkert
- TEXTOS NEPO 3 - *Alguns Problemas Teórico-Methodológicos dos Estudos de População na América Latina.*
autores: João Carlos Duarte
Lilia T. Montali
Maria Coleta F.A. Oliveira
Neide Lopes Patarra
- TEXTOS NEPO 4 - *Malthus x Marx: falso encanto e dificuldade radical*
autor: Francisco de Oliveira
- TEXTOS NEPO 5 - *Café, Ferrovia e População: Processo de Urbanização em Rio Claro*
autores: Daniel J. Hogan
Maria Coleta F.A. Oliveira
John Marion Sydenstricker
- TEXTOS NEPO 6 - *Sobre o Declínio da Fecundidade e a Anti-concepção em São Paulo: Análise Preliminar*
autora: Elza S. Berquó

- TEXTOS NEPO 7 - *A Fecundidade no Colonato de São Paulo no início do Século XX: Uma Aplicação do Método dos Filhos Próprios*
autor: Ralph Hakkert
- TEXTOS NEPO 8 - *Família e Força de Trabalho no Colonato. Subsídios para Compreensão da Dinâmica Demográfica no Período Cafeeiro.*
autora: Maria Silvia C.B. Bassanezi
- TEXTOS NEPO 9 - *Estudo da dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil*
autoras: Elza S. Berquó
Alicia M. Bercovich
Estela Maria Garcia
- TEXTOS NEPO 10 - *Repensando a Transição Demográfica: Formulações, Críticas e Perspectivas de Análise*
autores: Neide Lopes Patarra
Carlos Eugênio C. Ferreira
- TEXTOS NEPO 11 - *Nupcialidade da População Negra no Brasil*
autora: Elza Berquó
- Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões*
autora: Alicia M. Bercovich
- Mortalidade Infantil da População Negra Brasileira*
autora: Estela Maria Garcia Tamburo

TEXTOS NEPO 12 - *Dinâmica Demográfica e Poluição Ambiental*
organizador: Daniel J. Hogan

TEXTOS NEPO 14 - *Mercantilização e Urbanização em São Paulo*
autora: Maria Coleta F.A. Oliveira

*Anais do Seminário Latino-Americano de População e Saúde, vol
I e II.*

organizadoras: Elza Berquó
Neide Patarra